



**ARTICULAÇÃO
NACIONAL DE
AGROECOLOGIA**

Agricultura Familiar, Agroecologia e Agrocombustíveis

Caderno da Comissão de Agroenergia
da Articulação Nacional de Agroecologia

Agricultura Familiar, Agroecologia e Agrocombustíveis

Caderno da Comissão de Agroenergia
da Articulação Nacional de Agroecologia

Rio de Janeiro
Setembro de 2011

A Articulação Nacional de Agroecologia estimula que os leitores circulem livremente os textos aqui publicados. Sempre que for necessária a reprodução total ou parcial deste material, solicitamos que o **Caderno da Comissão de Agroenergia da ANA - Agricultura Familiar, Agroecologia e Agrocombustíveis** seja citado como fonte.

Organização:

Flavia Londres

Autores:

Fábio Dias dos Santos

Carlos Dayrell

Ciro Eduardo Correa

Fábio Hax

André Ferreira dos Santos

Jean Marc von der Weid

Coordenação editorial:

Flavia Londres

Edição dos textos:

Flavia Londres

Revisão:

Flavia Londres

Diagramação:

Raro de Oliveira

Projeto Gráfico

I Graficci

Impressão:

Reproset

Ficha catalográfica

Agricultura Familiar, Agroecologia e Agrocombustíveis:

caderno da Comissão de Agroenergia da Articulação Nacional de Agroecologia / Fábio Dias dos Santos...[et al.]. – Rio de Janeiro: AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 2011.

96 p. : il. ; 23 cm.

Inclui Referências bibliográficas

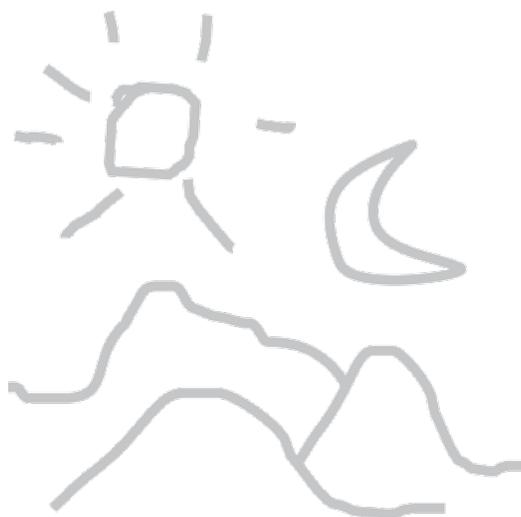
1. Agricultura Familiar. 2. Agroecologia. 3. Agrocombustível.
4. Biodiesel. I. Santos, Fábio Dias dos. II. Londres, Flavia. III. Título.

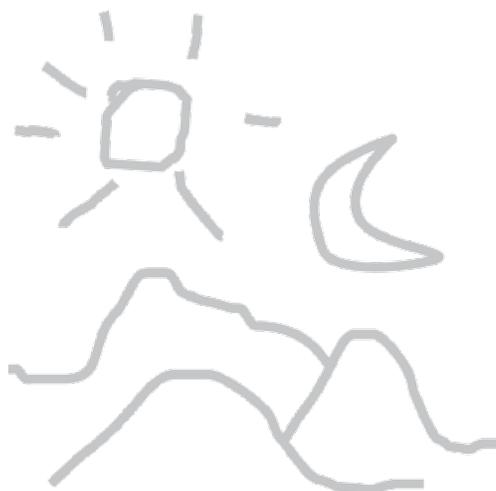
CDD 577.55

CDU 631

Tiragem: 1ª Edição - 2011 - 500 exemplares

Agricultura Familiar, Agroecologia e Agrocombustíveis





Apresentação

Em dezembro de 2004, após um ano e meio de discussões e preparação, o governo Lula criou o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB). A ideia original era a de, ao mesmo tempo, investir em alternativas para a substituição de combustíveis derivados do petróleo, desenvolver fontes de energia menos agressivas ao meio ambiente e promover o desenvolvimento da agricultura familiar, sobretudo na região Nordeste. Seria um “Pró-Álcool dos pobres”. Muita propaganda foi feita em torno do lançamento do Programa, que logo de início apresentou como carro-chefe o investimento na produção de mamona na região semiárida do País.

Em 2005 foi sancionada a chamada Lei do Biodiesel (11.097/05)¹, que determinou a introdução do produto na matriz energética brasileira. A Lei estabeleceu que no prazo de três anos o percentual mínimo obriga-

tório para a adição de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor final, em qualquer parte do território nacional, seria de 2% (o que ficou conhecido como B2). Em oito anos, ou seja, em 2013, esse percentual aumentaria para 5% (o B5). A Lei determina ainda que “O biodiesel necessário ao atendimento dos percentuais mencionados (...) terá que ser processado, preferencialmente, a partir de matérias-primas produzidas por agricultor familiar, inclusive as resultantes de atividade extrativista” (Art. 2o, § 4o).

A parte social do Programa tem como base o Selo Combustível Social - identificação concedida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário aos fabricantes de biodiesel que “promovem a inclusão social e o desenvolvimento regional por meio de geração de emprego e renda para os agricultores familiares do Pronaf²”. Por meio do Selo, as empresas fabricantes de biodiesel têm redução de PIS/Pasep³ e Cofins⁴ e melhores condições de financiamentos junto ao BNDES⁵ e outras instituições financeiras, além de poderem se beneficiar da imagem “socialmente responsável” em suas propagandas comerciais. Os leilões de compra de biodiesel realizados pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) também dão direito de concorrência às empresas que possuem o Selo Social.

Para obter o Selo Social, as indústrias precisam comprovar a compra de matéria-prima da agricultura familiar de acordo com percentuais mínimos. Na regiões Nordeste, Sudeste e Sul esse percentual é de 30%. Nas regiões Norte e Centro Oeste ele foi de 10% até a safra 2009/2010 e passou para 15% a partir da safra 2010/2011. As empresas também precisam assinar contratos negociados com os agricultores familiares que incluam os valores de compra, critérios de reajuste de preços e condições de en-

trega da matéria-prima, bem como assegurar assistência e capacitação técnica aos agricultores familiares contratados.

Os movimentos sociais do campo e as organizações de agricultores familiares viram grandes oportunidades diante de todo este cenário. A clara sinalização de que dessa vez a agricultura familiar seria de fato privilegiada na implantação e condução do Programa trouxe a expectativa de que um generoso conjunto de políticas públicas seria implementado, incluindo o acesso a crédito, assistência técnica, compra garantida e estruturação das organizações de agricultores. Com efeito, uma nova era de desenvolvimento do campo poderia estar começando.

Ao mesmo tempo, entretanto, muitas organizações viam no Programa o risco do agravamento de antigos problemas. A preocupação de que as culturas energéticas viessem a substituir maciçamente as culturas alimentares e afetar a segurança alimentar das famílias foi uma das mais propagadas. A pressão pela substituição de sistemas de cultivo diversificados por monoculturas e o desenvolvimento de uma relação de dependência dos agricultores em relação às empresas de biodiesel foram outros riscos aventados.

Para as organizações do campo agroecológico, uma preocupação central era avaliar se o Programa tenderia a aprofundar o modelo produtivo da revolução verde e difundir-lo entre a parcela menos favorecida dos agricultores brasileiros, ou se, dependendo de como se desse a sua implementação, sobretudo no que diz respeito à orientação adotada pela assistência técnica, poder-se-ia, ao contrário, promover a difusão de práticas agroecológicas, combinando a produção de biomassa, energia e alimentos e aumentando a autonomia das famílias agricultoras.

A Comissão de Agroenergia da ANA e a sistematização de experiências

A ANA começou a debater o tema da produção de agrocombustíveis no início de 2008. À época, a discussão estava fortemente vinculada à questão das mudanças climáticas (tema que ganhara evidência com a divulgação, em 2007, do relatório do IPCC⁶, que apresenta evidências científicas capazes de sustentar a conclusão de que a ação humana é a maior responsável pelo aquecimento global).

Os movimentos sociais do campo também já faziam esse debate e avaliavam se e como participar do Programa de Biodiesel do Governo. Esta discussão estava, entretanto, mais reduzida à avaliação dos impactos da produção de agrocombustíveis sobre a renda, a autonomia e a segurança alimentar das famílias agricultoras e pouco tratava da questão da agroecologia.

Em agosto de 2008, foi realizada a primeira reunião do que veio a se constituir como a Comissão de Agroenergia da ANA. A partir das primeiras discussões e reflexões desse grupo avançou-se no sentido de que a Comissão deveria propor um olhar agroecológico sobre a produção dos agrocombustíveis – uma contribuição diferente daquelas trazidas por outros campos do conhecimento. Mais especificamente, seria importante discutir qual deveria ser o lugar da produção de agrocombustíveis numa agricultura familiar de base agroecológica.

Com apoio da Heifer, a Comissão de Agroenergia da ANA começou a

executar o projeto “Agroenergia, Agroecologia e Soberania Alimentar: alimentando processos de diálogo e articulação política a partir de experiências locais de produção de energia e alimentos”. A comissão também contou com o apoio da ActionAid Brasil e do Serviço de Análise e Assessoria a Projetos (SAAP), da FASE.

Em 2009 foi realizado o primeiro seminário da Comissão para discutir as experiências da agricultura familiar agroecológica na produção de agrocombustíveis. Ficou evidente que, em princípio, produtos dirigidos para uso energético poderiam ser integrados aos sistemas agrícolas sem comprometer os princípios da agroecologia. Na verdade, essa produção poderia até mesmo ampliar a autonomia dos agricultores frente às suas necessidades energéticas, como também acrescentar novos produtos de mercado ao sistema. Tudo dependeria de como se daria a produção e do tipo de relação com o mercado que se estabeleceria.

Observou-se então a pertinência da realização de uma pesquisa que se dedicasse a olhar para o modo como a produção de matéria-prima energética estaria inibindo ou contribuindo com os sistemas agroecológicos, bem como avaliar a sustentabilidade econômica dessa produção para os agricultores familiares em função dos condicionantes de mercado existentes.

Nessa perspectiva, quatro experiências de produção de matéria-prima para o biodiesel pela agricultura familiar foram selecionadas para serem estudadas em maior profundidade: a do MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, no Ceará; a da Cooperativa Grande Serção, em Montes Claros, no norte de Minas Gerais; a da Unaic - União



das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu, no Rio Grande do Sul; e a do MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores, também no Rio Grande do Sul. Entre os critérios para a seleção dessas experiências, além da regionalidade, estava o fato de serem iniciativas vinculadas aos movimentos sociais do campo e que já tivessem sido iniciadas com foco na agroecologia.

Realizou-se posteriormente uma oficina metodológica em Montes Claros, da qual participaram os pesquisadores designados para sistematizar as experiências.

Das quatro experiências inicialmente sugeridas, apenas uma (a do MPA) não teve a sistematização levada a cabo. E a partir das três pesquisas elaboradas, Jean Marc von der Weid, da AS-PTA, produziu uma síntese, analisando os problemas enfrentados pelas organizações dos agricultores e levantando alguns questionamentos sobre o futuro do Programa Nacional de Biodiesel.

As três experiências sistematizadas estão resumidamente descritas nesta publicação. Ao final, apresentamos também a análise crítica elaborada a partir destes relatos.

Trata-se, de fato, de um campo de vasto potencial, que poderia promover inédito desenvolvimento no campo e ao mesmo tempo transformar a matriz energética do país em modelos mais sustentáveis. Tudo indica, entretanto, que o Programa caminha para apenas aprofundar a lógica de exclusão e subordinação dos agricultores aos grandes conglomerados industriais e promover o avanço da soja (e o conseqüente desmatamento, aumentando as emissões de gases do efeito estufa), sem mudar os

padrões de produção e consumo de energia – tudo isso com maquiagem verde e social.

Esperamos que esta publicação possa contribuir para este debate e ajudar a mobilizar forças capazes de trazer o Programa de Biodiesel de volta para suas propostas iniciais.

A Comissão de Agroenergia da ANA é composta pelas seguintes organizações: AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Cooperativa Grande Sertão (MG), Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional (FASE), Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar no Brasil (FETRAF-Brasil), Marcha Mundial das Mulheres (MMM), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Rede Evangélica Paranaense de Assistência Social (REPAS) e União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu (UNAIC).

¹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Lei/L11097.htm

² Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

³ Programa de Integração Social / Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público.

⁴ Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

⁵ Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

⁶ Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática, na sigla em inglês.

SUMÁRIO

PARTE I - Sistematização de experiências de participação de organizações da agricultura familiar com foco na agroecologia no Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel **15**

1. A experiência da Cooperativa Grande Sertão e do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas Gerais com a produção de plantas oleaginosas para o Programa do Biodiesel **17**

2. A Experiência do MST-CE na Cadeia de Agroenergia **45**

3. A Experiência da Unaic na produção de Agrocombustíveis **61**

Parte II - Análise do conjunto de experiências sistematizadas **73**

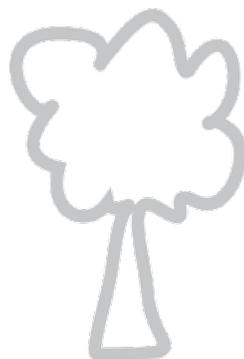
O Biodiesel e a Agricultura Familiar **75**



PARTE I

Sistematização de experiências de participação de organizações da agricultura familiar com foco na agroecologia no Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel





1 - A experiência da Cooperativa Grande Sertão e do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas Gerais com a produção de plantas oleaginosas para o Programa do Biodiesel

Fábio Dias dos Santos⁷
Carlos Dayrell⁸

Este artigo apresenta informações levantadas junto à rede de interação social da Cooperativa Grande Sertão sobre a experiência de participação no Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB). Para a sua elaboração, além da pesquisa documental, foram realizadas entrevistas com agricultores, agricultores-mobilizadores e técnicos inseridos na rede sociotécnica da Cooperativa. Também foram realizadas oficinas sobre o tema e visitas em municípios dos quatro núcleos territoriais de atuação da Cooperativa: Baixada Sanfranciscana, Alto Rio Pardo, Serra Geral e Planalto Sanfranciscano. Representantes das organizações envolvidas também foram ouvidos.

Histórico da região, do CAA-NM e da Cooperativa Grande Sertão

O Norte de Minas Gerais é uma região que expressa significativa diversidade sociocultural, sendo habitado por comunidades de diferentes identidades identificadas como caatingueiros, indígenas, quilombolas, vazanteiros e geraizeiros, que por sua vez estão relacionadas com uma heterogeneidade de agroecossistemas presentes nos biomas Cerrado, Caatinga e Mata Seca, bacias dos rios São Francisco, Jequitinhonha e Pardo.

A partir da década de 1970, com a inserção da região Norte de Minas no polígono da seca, e, a partir daí, sua vinculação à área de abrangência da Sudene⁹, iniciou-se um processo de modernização da agricultura e de desenvolvimento regional, desenhando um novo cenário para a região. O Norte de Minas começou a sofrer as transformações advindas do modelo desenvolvimentista, com a apropriação das terras públicas pelo capital privado, por intermédio de incentivos governamentais. Na área rural foram implementados programas a partir de quatro eixos principais: agricultura/fruticultura irrigada, monocultura de eucalipto, pecuária extensiva e monocultura de algodão. A implantação desses grandes projetos gerou uma série de consequências negativas na região, desestruturando a agricultura tradicional. Com o cercamento dos “gerais” ampliou-se a concentração fundiária, o que provocou o empobrecimento dos agricultores familiares, a expulsão e o encurralamento desses agricultores, além da perda da biodiversidade local.

Como reação a este processo, iniciou-se, em princípios da década de 1980, um movimento de organização e politização dos agricultores familiares, como estratégia de luta pela conquista dos direitos de acesso à terra, à água, à biodiversidade, aos mercados, à qualidade de vida, à dignidade. Esse movimento resultou na criação de diversas associações comunitárias, sindicatos de trabalhadores rurais, movimentos locais e também do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM), que se mantêm organizados em rede de interação social e organizacional.

Desde então, o CAA-NM vem apoiando e assessorando organizações

de agricultores familiares na articulação de propostas sustentáveis de desenvolvimento rural, para que se configurem enquanto políticas públicas e que resultem no fortalecimento socioeconômico e político dos povos locais.

A história da Cooperativa Grande Sertão (CGS) está fortemente associada à do CAA-NM. A cooperativa nasceu da necessidade de se avançar no trabalho de fortalecimento dos agroecossistemas familiares com a comercialização de produtos nativos. Em 1995, foi criada uma pequena agroindústria para beneficiar e comercializar as polpas de frutas do cerrado e caatinga como uma microempresa social. Em 2003, com uma trajetória já consolidada, a microempresa Grande Sertão Produtos Alimentícios transformou-se na Cooperativa de Agricultores Familiares e Agroextrativistas Grande Sertão (MOTA, 2006).

A entrada da Cooperativa Grande Sertão no Programa de Biodiesel

Os anos 1990 iniciaram-se com um novo ciclo de avanço e de disputa de territórios encetada pelos grandes conglomerados ligados aos complexos industriais do aço, celulose, e, por que não dizer, da energia.

Em 2004, o CAA-NM e a CGS receberam as primeiras informações acerca da construção, pelo governo Lula, de um programa visando a produção de biodiesel com a perspectiva de incorporar a agricultura familiar no arranjo produtivo, apontando o semiárido brasileiro como prioridade para o investimento governamental. A CGS e o CAA-NM deram então início a um processo de discussão sobre esta temática na região. Aos poucos o cenário foi-se definindo: ao mesmo tempo em que setores empresariais passaram a se movimentar no sentido de buscar locais de investimento e recursos visando implantar unidades de produção de biodiesel, a classe ruralista percebeu que uma nova oportunidade se abria para seus negócios relativamente estagnados após tentativas frustradas de revitalização da cotonicultura e da ampliação da produção de mamona – duas tentativas onde a agricultura familiar entrara como subordinada no ar-



Dia de campo na Ilha da Ressaca - Matias Cardoso - MG

ranjo, apenas como fornecedora de matéria-prima, duas tentativas em que a agricultura familiar amargara prejuízos. No caso da mamona, além de ficarem endividadas, centenas de famílias haviam ficado com as tulhas cheias, sem ter onde vender.

O debate intensificou-se desde então, inicialmente interno à CGS e ao CAA-NM, e posteriormente com seus parceiros mais próximos, particularmente a Rede de Empreendimentos da Economia Sertaneja. A discussão que se colocava naquele momento tratava do risco desta nova onda produtiva continuar subordinando a agricultura familiar regional, particularmente as famílias que estavam inseridas na construção de um novo paradigma de desenvolvimento regional assentado na perspectiva agroecológica.

Naquele momento, entrava na arena a demanda pela produção de energias limpas a partir do biodiesel. O Programa, ao incluir a agricultura familiar, sinalizava com a diminuição de encargos para as empresas que se habilitassem com o Selo Social, o que começava a mobilizar um conjunto expressivo de indústrias interessadas nos incentivos fiscais. A Petrobras S/A era uma delas, acionada pelo interesse no mercado dos

agrocombustíveis e nos benefícios advindos da dinamização econômica da agricultura familiar por meio do “Selo Social”.

A pergunta que se fazia, então, era: a agricultura familiar entraria nesse arranjo apenas como fornecedora de matéria-prima, ou iria se beneficiar dos ganhos advindos da inserção na etapa agroindustrial, ou mesmo como parceira da etapa comercial?

Nesse contexto, o debate foi avançando no sentido de que a Cooperativa fizesse um enfrentamento da temática por dentro. Ou seja, que encabeçasse a construção de um arranjo produtivo em torno das oleaginosas, construindo pontes com a política governamental de estímulo à produção de biodiesel, na perspectiva de proteger, ou de ao menos apontar alternativas de não subordinação da agricultura familiar em suas áreas de atuação. Foi um período rico de debates, porém extremamente difícil. Parceiros tradicionais da CGS e algumas das organizações e entidades que apoiavam o seu trabalho na região questionavam esta opção de enfrentamento por dentro. Questões que também se mantinham no âmbito interno do CAA-NM. Por outro lado, ficar fora do processo poderia deixar essas organizações apenas observando e/ou denunciando a retomada do processo de subordinação, já bem conhecida dos agricultores familiares, particularmente das comunidades tradicionais que vivem nas áreas de caatinga e matas secas da região. Assim, foi-se desenhando uma estratégia no sentido de evitar, ou de pelos menos diminuir os “mecanismos de extração de riqueza que a economia maior exerce sobre a agricultura local” (Dangelis, 2009).

Quando, finalmente, o governo definiu que a unidade de produção de biodiesel da Petrobras seria instalada na cidade de Montes Claros - MG, a Cooperativa Grande Sertão apresentou a esta empresa um primeiro projeto. Paralelamente, investiu no debate com seus parceiros na região – STRs¹⁰, Fetaemg¹¹, MST¹² e Fetraf¹³ – na perspectiva de uma atuação conjunta, e convidou para um seminário regional realizado em Montes Claros o deputado estadual Frei Sérgio Górgen (PT-RS), defensor da construção de uma via alternativa na produção do biodiesel pela Via Campesina.

Frei Sérgio declarou à época que a intenção da Via Campesina era que os agricultores participassem de toda a cadeia da produção, e não apenas vendessem os grãos para grandes usinas: “Queremos que cada agricultor seja sócio da refinaria e participe do lucro final, ao contrário do que acontece na cadeia do fumo, em que o agricultor só participa com o sacrifício”. A Cooperativa, por sua vez, socializou com seus parceiros as perspectivas e os acúmulos construídos neste período, entre eles o projeto em negociação com a Petrobras. Mas a perspectiva de uma atuação conjunta do movimento social não seguiu adiante.

Enfim, em 2007, a Cooperativa Grande Sertão negociou com a Petrobras um projeto que tinha como objetivo inserir sua rede de empreendimentos sociais no arranjo produtivo de oleaginosas para o biodiesel, intitulado: *“Inserção de agricultores familiares do semiárido mineiro e de suas redes de empreendimentos solidários na cadeia produtiva de biocombustíveis através de um processo de transição agroecológica para sistemas diversificados de produção de oleaginosas, fortalecendo os agroecossistemas associados à produção de frutas, leite, mel e pequenas criações”* (CGS, dezembro 2006).

Este projeto tinha como estratégia a produção de oleaginosas a partir de sistemas diversificados – mamona, pinhão manso, girassol, algodão, amendoim, gergelim, moringa, etc. – de forma a provocar sinergias positivas com as demais atividades já consolidados nos agroecossistemas. A meta da proposta era acompanhar 2.000 agricultores familiares do Norte de Minas, tendo como referência a metodologia agricultor&agricultor através de redes sociotécnicas. E previa, ainda, a implantação de projetos para a instalação de unidades extratoras multióleos.

A herança maldita

“Herança maldita”: esta foi a expressão utilizada por um dos representantes da Petrobras ao se referir ao efeito negativo que projetos fracassados do passado na região provocaram sobre o trabalho voltado para o incentivo à produção de oleaginosas destinadas ao Programa Nacional

do Biodiesel. À Cooperativa Grande Sertão estavam colocados, neste início de projeto, pelo menos dois grandes desafios: o primeiro de contornar a resistência dos agricultores em aderir ao programa em função do histórico dos projetos anteriores que haviam levado ao endividamento um grande número de famílias; e o segundo de que o projeto não tivesse a mesma irresponsabilidade dos projetos anteriores.

As falas dos agricultores entrevistados durante a sistematização desta experiência revelam o passado “traumático” da produção de plantas oleaginosas nos quatro núcleos territoriais pesquisados.

O problema mais destacado pelos agricultores havia acontecido na segunda metade da década de 1990, quando um empresário, também deputado federal, lançou um projeto ambicioso com o objetivo de retomar a produção de mamona no norte do estado de Minas Gerais. O projeto contava com a parceria do governo do estado envolvendo políticos locais, instituições financeiras e organizações públicas e privadas de assistência técnica, que mobilizaram milhares de pequenos e médios agricultores para a produção. Os técnicos especializados na elaboração de projetos para serem negociados nas linhas de financiamento oferecidas pelo governo eram apresentados aos agricultores para prestar serviços na confecção dos projetos produtivos. “O pacote era fechado, só poderia plantar mamona, os técnicos vinham e fazia o projeto”, relata um representante do STR e mobilizador do Planalto Sanfranciscano, no município de Coração de Jesus - MG.

Com tais projetos em mãos, os agricultores eram estimulados a fazer empréstimos nos bancos para subsidiar a produção e tinham como garantia de sucesso apenas a promessa de compra.

Contudo, o empresário não honrou a promessa de comprar toda a produção e, mesmo onde ele chegou a comprar, a aquisição foi a preços abaixo do mercado (houve relatos de agricultores que venderam a mamona por R\$ 0,10/kg). Na falta de outras alternativas de venda, centenas de agricultores ficaram com a produção estocada.

Essa experiência ficou conhecida por todo o Norte de Minas e levou a

uma resistência por parte de um grande número de agricultores ao programa de produção de oleaginosas para a fabricação de biodiesel.

Diante deste quadro, a existência da rede de interação social em locais em que a CGS e o CAA-NM ainda não tinham atuado foi fundamental para o processo adesão dos agricultores ao Programa. Isso se deu através da relação de confiança estabelecida entre as comunidades e as organizações locais (sindicatos e cooperativas). Também pesou no convencimento dos agricultores a apresentação do projeto da CGS, que trazia uma perspectiva de integração da produção de agroenergia e alimentos, além da viabilização da produção a partir de incentivos como a distribuição de sementes, calcário, adubo, sacaria para estocagem da produção e o contrato de compra garantida.

“A recomendação era de que o agricultor não envolvesse a plantar só a mamona, plantasse, mas consorciado, no caso, com o milho ou feijão, porque se não, poderia produzir só a mamona aí a produção do milho e do feijão não ia ter, e se a mamona não desse bom resultado o produtor poderia passar fome. Então, foi passado isso, que o agricultor produzisse de tudo, que tudo que ele produzisse era um a mais para ele, que ele não deixasse de plantar as culturas que ele estava acostumado a plantar.” (Entrevista com J. Pequeno, agricultor da Baixada Sanfranciscana - Varzelândia - MG)

Integração da perspectiva agroecológica à produção das oleaginosas

Como já foi dito, o projeto de produção de oleaginosas proposto pela Cooperativa foi estruturado com a perspectiva de fortalecimento dos agroecossistemas familiares a partir de sistemas diversificados de produção de oleaginosas e alimentos associados à cadeia produtiva de frutas, leite, mel e pequenas criações. No entanto, o Programa Nacional de Pro-

dução e Uso de Biodiesel era algo novo, tanto para a Petrobras, quanto para as organizações parceiras.

A contratação da equipe, em sua grande maioria jovens profissionais recém-formados, aconteceu tardiamente. A CGS estava construindo uma proposta de sustentabilidade para o Programa, que exigiria muito mais de um ano para ser consti-

tuída, um plano que iria sendo maturado ao longo dos anos seguintes, uma proposta de ação de médio prazo. Que exigia corresponsabilidade e compromisso com o processo.



Foto: Acervo do CAA-NM

Sementes de mamona cultivada em Matias Cardoso - MG

Aumento da meta: o primeiro passo para a desarticulação

Na maioria dos municípios, a indicação das comunidades a serem incorporadas ao Programa coube à rede de parceiros locais – geralmente sindicatos de trabalhadores rurais ou cooperativas locais que já eram parceiros da CGS em atividades junto às comunidades. Esse processo desenvolveu-se regularmente sem alteração até que se chegou ao número máximo de duas mil famílias cadastradas, meta do convênio entre a Cooperativa Grande Sertão e a Petrobras S/A. No entanto, a Petrobras propôs um aumento no número de agricultores a serem assistidos pela Cooperativa, passando de duas mil para aproximadamente três mil e seiscentas

famílias: quase o dobro da meta inicial. O aumento do número de famílias foi uma decisão exclusiva da Petrobras, que buscava contribuir para o suprimento da demanda industrial da usina de biodiesel em Montes Claros.

Esse processo gerou um enorme transtorno para a Grande Sertão. Em primeiro lugar, pela decisão da Petrobras não resultar em aumento de recursos a serem repassados à instituição para a contratação de mais técnicos para o acompanhamento das novas famílias a serem cadastradas. Isso resultou em corte de gastos necessários à execução do Programa, como combustíveis, e aumento no volume de atividades a serem desenvolvidas pela equipe técnica. Em segundo lugar, para cumprir a nova meta, a Cooperativa viu-se forçada a articular famílias em regiões onde não tinha nenhum tipo de inserção ou parceiros da rede de interação social. De acordo com as equipes técnicas da CGS, nessas regiões o trabalho foi muito mais difícil, desde o processo de cadastramento até o recolhimento da produção, pois não existiam relações de confiança entre a CGS os agricultores locais.

Além disso, a urgência na definição e cadastramento das novas famílias que iriam participar do Programa levou a um processo de preenchimento parcial dos cadastros, apontado apenas informações básicas de cada titular. Questões como critério de participação e adensamento das famílias em poucas comunidades foram sendo negligenciados. Agricultores que não tinha a DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf), documento exigido para a participação no Programa, foram cadastrados com a expectativa de que isso fosse resolvido em um momento posterior – o que levou a outro grande desgaste, pois o apoio para a emissão do documento passou a ser prioritário em detrimento do acompanhamento das lavouras pelos técnicos.

O deslocamento da atuação dos técnicos para a execução de serviços braçais como preenchimento de cadastros, separação de sementes, descarregamento de caminhões de insumos e posterior distribuição etc. deixou o projeto com a assistência técnica enormemente prejudicada. A pouca experiência desses mesmos técnicos com as culturas oleaginosas também contribuiu para um acompanhamento pouco eficiente aos agri-

cultores. Mais ainda, foi determinante para comprometer a qualidade do serviço prestado o alto número de agricultores que, com a nova meta, cada técnico tinha que atender: chegou-se, em alguns casos, a 400 agricultores/técnico, quando a média nacional para assistência técnica e extensão rural praticada por ONGs é de 177 famílias/técnico. Como se não bastasse, havia grande pulverização das famílias a serem assistidas em diversas comunidades.

“Assim, antes um pouco da colheita acabou o recurso de combustível, aí desandou tudo mesmo. Tinha o problema da distância que era grande, muitas vezes mais de 300 km de Montes Claros até o município, e tinha mais até as comunidades; geralmente era usado um tanque pra ir e outro para vir. Assim, só se tivesse uma situação muito necessária para eu ir. (...) Não tinha mais recurso para fazer as visitas técnicas, ensinar o pessoal colher, essas coisas... a gente tinha que passar as informações por telefone para os mobilizados.” (Entrevista com técnico da CGS - Baixada Sanfranciscana - Montes Claros - MG)

O atraso na distribuição dos insumos

Além dos problemas com a assistência técnica, teve papel decisivo na execução do Programa o atraso na distribuição das sementes e do adubo.

Na região semiárida do Norte de Minas os agricultores iniciam o preparo da terra para os cultivos no início das primeiras chuvas, em outubro. Na safra de 2007/2008, primeiro ano do convênio, a Petrobras entregou as sementes para serem distribuídas pelas organizações que prestavam assistência técnica só no fim de novembro. Assim, quando as sementes chegaram até os agricultores, em dezembro, muitos já haviam ocupado suas áreas de cultivo com as culturas tradicionalmente plantadas: arroz, milho, feijão e sorgo. O atraso das sementes e do adubo levou centenas de agricultores cadastrados a desistir do Programa. E os que seguiram no

projeto tiveram que buscar outras áreas para o cultivo das oleaginosas, em geral menos férteis, o que também afetou negativamente a produtividade.

O processo de produção e colheita

O cultivo de oleaginosas para o PNPB concentrou-se basicamente em três culturas: amendoim, girassol e mamona.

Amendoim

Embora em algumas comunidades a Cooperativa tenha conseguido disponibilizar aos agricultores sementes de amendoim vermelho, que é tradicionalmente cultivado na região, a variedade que prevaleceu no âmbito do Programa foi o amendoim “branco” (Runner IAC 886), distribuído pela Petrobras. O resultado deste cultivo foi um verdadeiro desastre. O amendoim branco, cujas sementes foram adquiridas em São Paulo, é uma variedade desenvolvida para colheita mecânica, que não é utilizada pelos agricultores familiares do Norte de Minas. Os produtores viram-se obrigados a ficar cavando o solo para encontrar as ramas da planta, que depois de secas ainda precisavam ter as vagens arrancadas, uma a uma. Para a maioria dos agricultores que apostaram no cultivo, o valor pago pelo grão não compensou o trabalho empregado.

Outro motivo de descontentamento foi a ausência de variação no preço do grão do início ao fim da safra, ao contrário da mamona, cujo preço sofreu aumentos. No caso do amendoim, os agricultores conseguiam no mercado local preços bem mais elevados do que os pagos pela Petrobras.

Girassol

No caso do girassol, muitos dos problemas relatados relacionaram-se à falta de experiência com a cultura e ataque de pássaros, que provocaram perdas à colheita quando a produção já estava garantida. Houve também perdas decorrentes de fatores climáticos.

Mamona

Apesar da resistência de muitos agricultores ao plantio da mamona em função de insucessos de projetos passados, a cultura apresentou bons resultados produtivos nas regiões de caatinga (territórios da Serra Geral e da Baixada Sanfranciscana). Nas regiões de cerrado (Planalto Sanfranciscano e Alto Rio Pardo) a produção foi muito afetada pela acidez dos solos – em áreas de chapadas a produção praticamente inexistiu.

Outros fatores que afetaram negativamente a produção foram o baixo índice pluviométrico e alguns consórcios prejudiciais à cultura (principalmente com milho). A incidência de doenças foi insignificante e não foram citados ataques por pragas.

A venda da produção: os diferentes destinos da safra 2007/2008

Os entrevistados apontam alguns atropelos praticados pela Petrobras no processo de recolhimento e compra da produção. Da parte da Cooperativa, havia nesse período uma incerteza com relação à cobertura dos gastos com o projeto e, dessa forma, um impasse em relação à execução das atividades. À medida que o ciclo das culturas foi se encerrando, a pressão dos agricultores pela divulgação dos preços e pelo recolhimento e pagamento da produção fazia aumentar a preocupação dos que estavam à frente do processo: “Ir para a comunidade sem essas respostas exigiu muita habilidade e por vezes a opção foi esperar a definição dessas questões” (Ferreira, 2008).

Segundo os relatos, os agricultores demonstraram insatisfação com o não cumprimento dos prazos e/ou dos acordos construídos no processo de mobilização. A demora da chegada do adubo e das sementes, bem como a demora no processo de compra da produção foram fatores que geraram desgaste entre agricultores e a CGS. Sobretudo devido às indefinições por parte da Petrobras, o retorno para recolhimento da produção, que havia sido acordado para logo após a colheita, chegou a acontecer

com até quatro meses de atraso. Muitos agricultores justificaram a venda para atravessadores pela necessidade custear os serviços pagos na produção, como mão de obra e horas de trator.

Outro fator a gerar desgaste para a CGS foi o baixo preço pago aos agricultores, abaixo do esperado. No caso do girassol e do amendoim, a baixa produção e o baixo preço levaram uma parcela significativa de agricultores a não vender o produto e destiná-lo para a alimentação familiar ou animal.

“Das oleaginosas, o girassol era a que tinha o preço mais baixo, assim, o pessoal não quis vender (...). Como a produção foi muito baixa, muitas vezes não compensava vender, pois o valor do transporte para ir buscar o dinheiro na cidade era mais alto do que o valor a ser recebido. Acho que 70% do girassol e do amendoim produzido as famílias deram outro fim que não a venda para a CGS.”
(Entrevista com técnico da CGS na Baixada Sanfranciscana - Montes Claros - MG)

No caso da mamona, na maioria das regiões de atuação da CGS os agricultores ficaram reféns dos preços praticados pela Petrobras, uma vez que a venda desse produto é mais difícil dada a falta de compradores. Contudo, nos núcleos territoriais da Serra Geral e da Baixada Sanfranciscana a empresa Petrovasf¹⁴ adiantou-se à Petrobras e comprou a produção de mamona em muitas comunidades.

Percebe-se, inclusive, que desde a safra 2008/2009 a Petrobras vem estimulando a produção da mamona em detrimento de outras culturas, possivelmente em função da menor possibilidade de venda para terceiros.

Em suma, a venda da produção para os atravessadores se justifica por três fatores: os preços baixos praticados pela Petrobras, a demora da empresa em liberar as condições para que CGS desse início à aquisição da produção e a não assinatura de contratos. É relevante notar que a inexistência de contratos favoreceu a venda para terceiros, pois o contrato

de Compra Garantida só chegou para os agricultores no final da safra, ou seja, na hora da venda.

Saldo do arranjo produtivo do Biodiesel para os agricultores

Apesar de todos os problemas já relatados, é importante notar que, para os agricultores, a participação no Programa do Biodiesel através do convênio com a CGS não acumulou apenas perdas. Os entrevistados reconhecem ganhos com a correção de solos e com o desenvolvimento de práticas ligadas à agroecologia. A aplicação do fosfato, um dos principais minerais que as plantas exigem em maior quantidade em regiões como o Norte de Minas, foi um grande benefício. O mineral é caro e os agricultores que aderiram ao Programa receberam fosfato e calcário pela CGS sem nenhum custo. As áreas que receberam aplicação de calcário puderam se beneficiar do aumento da capacidade produtiva por mais três ou quatro anos. Já no trabalho iniciado com a agroecologia, a promoção de práticas de manejo e conservação de solo, o plantio em curvas de nível, o estímulo à produção diversificada e a valorização das culturas alimentares também proporcionaram importantes ganhos aos produtores.

O não endividamento dos agricultores, outra bandeira da CGS, também foi apontado como um ponto positivo do trabalho da organização junto às comunidades.

Saldo do primeiro ano do arranjo produtivo para Cooperativa Grande Sertão

Desde sua origem, em 1995, e de sua institucionalização como cooperativa agroextrativista de agricultores familiares, em 2003, a Grande Sertão vem trabalhando com o beneficiamento e industrialização de polpas de frutas, rapadura e mel. O trabalho com o beneficiamento de polpas de frutas se constituiu como a principal atividade da Cooperativa, que possibilitou organizar uma rede de empreendimentos econômicos arti-

culados em torno de sistemas produtivos diversificados e manejo agroextrativista.

A inserção da Cooperativa na cadeia produtiva de oleaginosas para o biodiesel, em 2007, tinha o objetivo de fortalecer e ampliar as cadeias já existentes. Como já foi dito, a proposta da CGS foi pensada para além do manejo agroecológico na produção das oleaginosas: a ideia era aproveitar o Programa para estruturar a cooperativa, fortalecendo assim esta rede de empreendimentos econômicos e os agricultores neles inseridos. E um dos seus principais objetivos era a constituição de uma cadeia produtiva de óleos, tanto para a fabricação de biocombustíveis, quanto para o beneficiamento de óleos finos voltados para a alimentação humana e a indústria de cosméticos.

A CGS e o CAA-NM dispuseram do *know-how* acumulado ao longo de sua trajetória de 20 anos na região e movimentaram um conjunto significativo de organizações na perspectiva de construir um contraponto aos projetos econômicos financiados pelo poder público na região, até então atrelados aos interesses da classe ruralista e do grande capital. O projeto em parceria com a Petrobras havia sido assinado para um ano de execução, mas com a expectativa de renovação para mais dois anos de trabalho.

A estrutura física e operacional planejada para a execução do projeto demonstra essa expectativa de uma parceria de médio prazo: com os recursos do convênio e em função da demanda de trabalho prevista, não só aumentou a estrutura física da organização, como o quadro de pessoal saltou de 31 funcionários formais para 122.

No entanto, o projeto não foi renovado pela Petrobras após o fim do primeiro ano de convênio, o que trouxe grandes transtornos e desestabilização organizacional para a instituição. A CGS não estava preparada para essa descontinuidade, o que gerou dívidas em função de compromissos acertados durante o período de execução do convênio.

A contratação de funcionários e a estrutura adquirida demandavam gastos maiores, que ficaram descobertos quando findou o convênio. Na

perspectiva de que o contrato seria renovado e temendo dispensar a equipe que passara por um intenso processo de capacitação, a Cooperativa optou por manter os funcionários por alguns meses – decisão que comprometeu irremediavelmente as suas finanças. A não tomada de decisões em tempo oportuno levou a um desequilíbrio nas contas da entidade, que levou cerca de três anos para ser superado.

Outro problema decorrente do convênio foi o desarranjo de atividades já consolidadas pela Cooperativa, como a coleta de frutas para a fabricação de polpas, que ficaram prejudicadas em função do esforço despendido pela equipe para garantir a execução do programa de produção de oleaginosas para o biodiesel em seu primeiro ano de atuação.

É relevante observar que o rompimento do convênio por parte da Petrobras não é justificado pelos resultados técnicos do projeto, conforme mostra a comparação entre a produção entregue pela CGS e a produção assessorada por outras organizações na região (inclusive a Emater, que recebeu muito mais recursos que a CGS):

Dados da produção por Organização (kg) - Safra 2007/2008				
Organização	Tipo de Grão			TOTAL
	Amendoim	Girassol	Mamona	
AESCA	0,00	2.572,50	22.845,53	25.418,03
CGS	86.586,50	23.052,00	146.275,51	255.914,01
EMATER	0,00	0,00	216.177,66	216.177,66
FETRAF	1.002,00	5.333,00	58.057,00	64.392,00
TOTAL	87.588,50	30.957,50	443.355,70	561.901,70

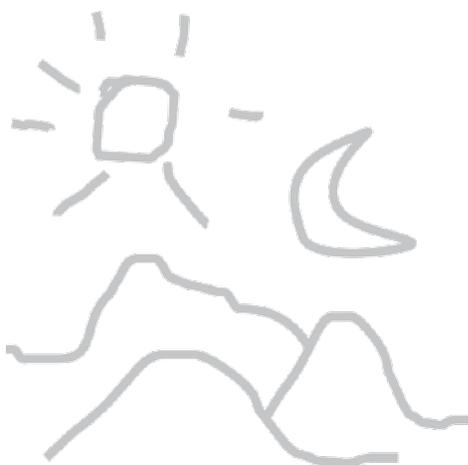
AESCA-MG: Associação de Cooperação Agrícola de Minas Gerais.

CGS: Cooperativa Grande Sertão.

Emater: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais.

Fetraf: Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar.

Vale ressaltar, no entanto, que não houve só desarranjos nessa parceria. Existiram ganhos também: a partir do convênio formalizado entre a CGS e Petrobras, a Cooperativa cresceu seu campo de atuação em



mais de 95% – de 1.530 famílias em 20 municípios, em 2006, para 3.575 famílias em 39 municípios entre 2007 e 2008. A partir do Programa, a CGS aumentou sua rede de interação social, abrindo novas parcerias com outras cooperativas, sindicatos de trabalhadores rurais e prefeituras. Além disso, pôde testar a institucionalização da

rede sociotécnica, contando com novos mobilizadores e articuladores em novas áreas de atuação.

Outro aspecto positivo dessa experiência é que foi a partir dela que a Cooperativa conseguiu se organizar para buscar recursos para a construção de uma unidade de esmagamento multióleos.

A ameaça dos monocultivos em unidades de produção familiares

A inserção da agricultura familiar no PNPB levanta uma série de questionamentos. Entre os mais destacados está a indução aos monocultivos em unidades de produção familiares, que pode comprometer práticas tradicionais como a produção diversificada e, conseqüentemente, a produção de alimentos. As informações coletadas no trabalho de campo apontam que esse processo ainda não começou a acontecer no Norte de Minas na área de atuação da CGS, mas não se pode dizer que o cenário não vá sofrer mudanças em um futuro próximo – principalmente quando observadas as práticas de estímulo à produção de oleaginosas que a Petrobras está promovendo através de empresas terceirizadas. As usinas com maior capacidade produtiva são racionalmente indutoras de monoculturas.

Há que se destacar que, no regulamento do Selo Combustível Social, o PNPB não trata da questão da monocultura em unidades de agricultura familiar. O Programa deixa expresso que os “objetivos são promover a inclusão social e o desenvolvimento das regiões mais carentes, com sustentabilidade em sentido amplo” (BRASIL, 2004) e apresenta regras para a aquisição de matéria-prima advinda do segmento da agricultura familiar, mas não aponta regras ou normas para a formação dos cultivos nas propriedades dos agricultores.

A chegada da usina da Petrobras Biocombustível (PBio) no Norte de Minas

A Usina de Biodiesel da Petrobras no município de Montes Claros, cuja instalação havia sido anunciada em 2006, foi inaugurada somente 2009, com capacidade para fabricar 57 mil m³ de biodiesel/ano. Um ano depois, esta capacidade já era de 108,6 mil m³/ano.

A cada trimestre, a unidade tem registrado saltos no volume de biodiesel vendido nos leilões da ANP¹⁵. Atualmente a venda é de 20 mil m³ de biodiesel/trimestre, ou seja, em breve a unidade estará negociando praticamente 100% de sua capacidade.

Embora, dentre as usinas estatais, a unidade de Montes Claros tenha sido a que entregou o maior volume de biodiesel nos leilões da ANP em 2010 – 69,9 mil m³ ou 3,01% da produção nacional –, nesse percentual não há participação de matéria-prima advinda de agricultores familiares do semiárido mineiro assistidos pela PBio. A produção alcançada pela agricultura familiar da região em três safras (2007/2008 a 2009/2010) foi de 6 mil toneladas de mamona e girassol, volume considerado pela empresa inviável para o esmagamento. Até novembro de 2010 essa produção encontrava-se estocada, aguardando a safra 2010/2011 para que o processamento pudesse ser levado a cabo. Chama atenção a relação desproporcional entre a demanda anual de matéria-prima da usina (45 mil toneladas, segundo informações obtidas junto à Gerência de Suprimen-

tos da unidade) e o volume produzido pela agricultura familiar: em três safras, a produção foi equivalente a apenas 13,33% da demanda anual da usina.

A maior parcela de fornecedores de matéria-prima para a planta industrial de Montes Claros constitui-se de grandes corporações multinacionais do setor agrícola, dentre elas a ADM, a Bunge, a Cargill e a Dreyfus (o famoso “ABCD”). Ainda compõem esta lista as empresas Faróleo e Bial. Todavia, é preciso lembrar que o Programa ainda está em um período de formatação e implantação de algumas mudanças.

O rearranjo frente aos desarranjos

Entre as oportunidades apontadas no PNPB para a agricultura familiar está a proposta de aproveitamento de coprodutos e resíduos da produção do biodiesel. Essa também constituiu uma das propostas debatidas pelas organizações de movimentos sociais, em especial pela CGS/CAANM, ainda no período de estruturação do Programa no semiárido mineiro, em 2006. Segundo declarou à época um representante da PBio, havia um debate interno na empresa quanto à possibilidade de estabelecimento de uma parceria em que a PBio compraria o óleo dos agricultores familiares, que se beneficiariam do melhor preço conferido pelo beneficiamento dos grãos e dos coprodutos do esmagamento.

No entanto, toda essa construção organizativa foi abortada quando a empresa definiu uma política de compra para o óleo vegetal tendo como base a cotação do óleo de soja. Com essa política, a PBio coloca as organizações da agricultura familiar para concorrer com grandes corporações agroindustriais da soja – uma concorrência obviamente desigual.



Para representantes das organizações sociais (CAA-NM, CGS, Cooperbio¹⁶, MST¹⁷ e Unaic¹⁸) que participaram da Oficina de Sistematização de Experiências em Agroenergia e Agroecologia, realizada pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) em Montes Claros - MG, essa política da estatal em relação ao óleo demonstra certo descomprometimento com as organizações sociais inseridas no Programa. Segundo a interpretação de um integrante da oficina, o programa da Petrobras estaria relacionado a três estratégias de política ambiental por parte da empresa: “não emitir, compensar e maquiagem”.

A alternativa apresentada por algumas cooperativas de agricultores familiares para agregar valor ao seu produto tem sido a constituição de unidades de beneficiamento da matéria-prima com o foco na produção de multióleos. A CGS, em parceria com o CAA-NM, retomou este projeto estratégico em 2010, com apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. A unidade de esmagamento multióleos permite uma inserção mais ampla da Cooperativa no mercado, possibilitando a produção e comercialização de óleos cosméticos, farmacêuticos, alimentares, para a indústria ricinoquímica e também agrocombustíveis.

Além da constituição da unidade de multióleos, a CGS firmou novo convênio com a Gerência de Suprimentos da PBio para a execução do Programa de Estruturação Produtiva, que propõe a correção do solo para o cultivo de oleaginosas consorciadas com variedades alimentares. Os dois projetos mantêm-se com foco no público de atuação do CAA-NM e da CGS. São agricultores familiares, geraizeiros, caatingeiros, veredeiros, vanteiros e quilombolas que, na atuação da CGS no PNPB, recebem um olhar específico, reconhecedor de suas identidades e matrizes de racionalidade. O desafio se mantém: promover renda para esses agricultores que raramente possuem áreas superiores a 3 hectares, tanto a partir do PNPB, como de atividades paralelas ao Programa – como a produção de sementes crioulas, cereais, pecuária, agroextrativismo e outras. Uma das sinergias possíveis será a produção de alimentos integrados à produção de oleaginosas destinadas ao PNPB e para os distintos mercados que se abrem com o beneficiamento de múltiplas oleaginosas. Maiores volumes

de produção de culturas alimentares podem ainda possibilitar a participação dos agricultores em outros programas de geração de renda, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)¹⁹ e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Nesta perspectiva, busca-se uma inserção dos agricultores familiares alicerçada em participações mais autônomas no processo produtivo dos biocombustíveis, uma vez que, da forma como o PNPB está estruturado, os agricultores familiares estão inseridos apenas na etapa de fornecimento de matéria-prima para as indústrias de biodiesel – não diferindo muito das formas tradicionais de subordinação do capital sobre a agricultura. Como foi possível perceber a partir das entrevistas, essa dinâmica torna os agricultores em algumas regiões reféns das empresas e, dessa forma, susceptíveis a prejuízos, seja em função dos baixos preços pagos pelas oleaginosas ou das condições climáticas e/ou solos desfavoráveis.

Considerações finais

Pode-se dizer que a primeira experiência dos agricultores familiares e da Cooperativa Grande Sertão com a produção de oleaginosas para o PNPB apresentou resultados abaixo do previsto.

Deve-se ressaltar, contudo, a inexperiência da Petrobras no que se refere à produção de oleaginosas ou trabalhos junto à agricultura familiar. A empresa reconheceu o projeto da CGS como inovador em termos de formato de atuação, pois era enredado no trabalho de técnicos, agricultores-mobilizadores e parcerias com organizações nos núcleos de atuação. A dinâmica da CGS tornou-se referência para outras organizações que trabalham com a assistência técnica e extensão rural no âmbito do PNPB. É preciso observar, sobretudo, que esse formato leva a um maior envolvimento e compromisso da entidade prestadora de serviço com a comunidade assistida, além de ter um custo financeiro mais elevado ao reconhecer a contribuição ativa e efetiva dos agricultores e de suas organizações (custo este que costuma ser negligenciado pelas instituições de fomento e assistência técnica).

A CGS e o CAA-NM reconheceram os resultados limitados da primeira safra, creditando, porém, boa parcela desses resultados aos atrasos na entrega dos insumos. Este foi, inclusive, motivo de grande desgaste, uma vez que as organizações haviam discutido exaustivamente junto à Petrobras sobre a importância dos agricultores receberem os insumos em tempo oportuno, o que acabou não acontecendo.

Também comprometeu os resultados do projeto a falta de experiência da Petrobras no trato com a agricultura familiar e a exigência de padronização na execução de um programa que deveria considerar as especificidades que se verificam nos agroecossistemas manejados pela agricultura camponesa em seus distintos biomas e contextos socioculturais e econômicos. Esse quadro culminou em constantes descompassos entre a logística disponível na CGS e as metas impostas pela Petrobras buscando o atendimento de parte da demanda de sua usina por matéria-prima. E, como já foi dito, trata-se de uma demanda muito além da capacidade produtiva regional no que se refere à agricultura familiar.

Diante dos descompassos acumulados nessa experiência e a partir de visões imprecisas do processo, alguns setores empresariais ou analistas de mercado podem atribuir os problemas do PNPB à opção do governo de incentivar a participação da agricultura familiar. De fato, a questão da agroenergia está imersa em um processo extremamente complexo, que ultrapassa a capacidade da organização produtiva dos empreendimentos da agricultura familiar. Entretanto, essa questão deve ser analisada não apenas com uma visão racionalista e economicista, mas na perspectiva de inscrevê-la numa engenharia política articulada a instrumentos efetivos e aplicáveis à realidade regional, alicerçada em elementos que rompam com uma visão fragmentada e setorial da agricultura e dos agricultores e agricultoras (D'Angelis, 2009).

Frente a todos estes apontamentos existe a necessidade de um olhar aguçado para os novos rumos ou rearranjos da experiência em curso na Cooperativa Grande Sertão. É preciso visualizar e diferenciar o que é operacional e estratégico na execução do Programa de Biodiesel. Vale compreender de que forma, junto a seus parceiros, a organização reconhece

e interage com a complexidade e com as contradições que envolvem a produção e uso dos agrocombustíveis, e diante disso apresentar possibilidades de interação. A participação da CGS no PNPB permite à entidade capitalizar a atividade como mecanismo de estruturação da agricultura familiar local, garantindo infraestrutura logística para projetos paralelos ao programa (como o PAA, o PNAE e outros). Na mesma via, a constituição da unidade de multióleos garantirá prospectar novas oportunidades no mercado de óleos para além dos agrocombustíveis. Dessa forma, a entidade ficará menos exposta às instabilidades do Programa.

Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo; MAGALHÃES, Reginaldo. *O acesso dos agricultores familiares aos mercados de biodiesel: parcerias entre grandes empresas e movimentos sociais*. Disponível em: www.usp.br/feaecon/incs/download. Acesso em: 15 de Março de 2009.
- ABRAMOVAY, Ricardo (org). *Biocombustíveis - a energia da controvérsia*. São Paulo: Editora Senac, 2009.
- ASSIS, Wendell Ficher Teixeira; ZUCARELLI, Marcos Cristiano. *Despoluindo Incertezas: impactos territoriais da expansão de agrocombustíveis e perspectivas para uma produção sustentável*. Belo Horizonte: Ed. O Lutador, 2007.
- DAYRELL, Carlos Alberto. Agricultura Geraizeira. *in Diálogos Sociais: Caminhos para o Desenvolvimento Territorial: novas abordagens/ CidDurtra Wildhagen (org.) Série. 1ª Ed. SEDVAN/IDENE. Belo Horizonte: Crisálida, 2009.*
- D'ANGELIS FILHO, João Silveira. Do Local ao Supralocal: O caso dos Caatingueiros e Geraizeiros na região de Porteirinha. *in Diálogos Sociais: Caminhos para o Desenvolvimento Territorial: novas abordagens/ CidDurtra Wildhagen (org.) Série. 1ª Ed. SEDVAN/IDENE. Belo Horizonte: Crisálida, 2009.*

DEMO, Pedro. Pesquisa qualitativa. Busca de equilíbrio entre forma e conteúdo. Ver. *Latino-am.enfermagem*, Ribeirão Preto, v.6, n.2, p. 89-104, abril 1998. (disponível em http://www.scielo.php?pid=s0104-11691998000200013&script=sci_arttext).

FERREIRA, D. N. *Relatório Final – Alto Rio Pardo. Projeto: A Inserção da agricultura familiar do semi-árido mineiro no arranjo produtivo da cadeia regional de produção de biocombustível* – Convênio PETROBRAS / CGS, 2008.

GOLDENBERG, Miriam. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

MARTINS, Heloisa H. T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa *in Educação e Pesquisa*. São Paulo: Universidade de São Paulo. v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago, 2004. (disponível em <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/298/29830207.pdf>)

MOTA, Percio Vidal de Souza. *Um estudo das redes sociais que nascem a partir do trabalho da cooperativa “Grande Sertão” no norte de Minas*. Disponível em http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Arquivos_senept/anais/quarta_tema4/QuartaTema4Poster4.pdf. Acesso em 26/01/2010.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

Plano Nacional de Agroenergia 2006-2011 / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria de Produção e Agroenergia. 2. ed. rev. - Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel – PNPB. (Disponível em www.biodiesel.gov.br). Acesso em 16/11/2009.

REDE BRASILEIRA PELA INTEGRAÇÃO DOS POVOS. *Agrocombustíveis e a agricultura familiar e camponesa: subsídios ao debate*. Rio de Janeiro: REBRIP / FASE, 2008.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado – história oral*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

Sites pesquisados

<http://www.hojeemdia.com.br/cmlink/hoje-em-dia/minas/agricultores-do-norte-de-minas-ter-o-r-15-mi-para-plantio-1.100783>. Acesso em 07/05/2010.

www.agrosoft.org.br/agropag/213301.htm - Epamig desenvolve pesquisas para utilização da macaúba para biodiesel. Acesso em: 03/04/2010.

⁷ Sociólogo - Mestre em Desenvolvimento Social - PPGDS/Unimontes, técnico e pesquisador do CAA-NM. Email: fabiod.santos@ymail.com

⁸ Engenheiro agrônomo, Msc., técnico e pesquisador do CAA-NM. Email: carlos-dayrell1@gmail.com

⁹ Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

¹⁰ Sindicatos de Trabalhadores Rurais.

¹¹ Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais.

¹² Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

¹³ Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar.

¹⁴ Petróleo Verde Vale São Francisco Ltda.

¹⁵ Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

¹⁶ Cooperativa Mista de Produção, Industrialização e Comercialização de Biocombustíveis do Brasil, sediada no município de Palmeira das Missões-RS, com atuação em 63 municípios da região noroeste do Rio Grande do Sul.

¹⁷ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

¹⁸ União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu, sediada no município de Canguçu-RS, que congrega 38 grupos e associações de agricultores familiares.

¹⁹ O PAA é gerido pela Companhia Nacional de Abastecimento / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Conab/MAPA).





2 - A Experiência do MST-CE na Cadeia de Agroenergia

Ciro Eduardo Correa²²

Este documento tem por objetivo apresentar e discutir os elementos centrais da experiência do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) no estado do Ceará, em articulação com entidades parceiras, referentes à produção de plantas oleaginosas (em especial a mamona) para a fabricação de biodiesel. Ele foi elaborado a partir de informações coletadas em visitas a campo em duas regionais do MST-CE, a de Monseñor Tabosa e a de Canindé, ambas na região central do estado (semiárido), realizadas em janeiro de 2010.

Histórico

O tema da bioenergia passou a figurar intensamente na pauta do MST-CE a partir de 2005, quando a Empresa Brasil Ecodiesel e o Governo Federal anunciaram grandes investimentos no estado do Piauí no âmbito do PNPB (Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel), com previsão de expansão para outras regiões do Nordeste, em especial para o Ceará, Bahia, Pernambuco e Sergipe. O MST Nacional, MST-CE e o MST-PI

passam a acompanhar de perto o tema e a buscar conhecer as premissas da proposta promovida pela empresa e pelo Governo.

Logo no início deste processo os trabalhadores perceberam a lógica exploratória e dominadora embutida no Programa e rechaçaram veementemente os projetos de integração com a indústria. Pelo modelo sugerido, a indústria determinaria todos os aspectos organizativos, produtivos, sociais, econômicos e ambientais, enquanto as famílias ficariam reduzidas a mera mão de obra barata e sem direitos trabalhistas. Além disso, a mamona deveria ser produzida em sistema de monocultura atrelada à indústria, o que comprometeria ainda mais os frágeis sistemas de produção dos assentamentos de reforma agrária da região.

Buscando cooptar as famílias para o fornecimento de mamona, a Brasil Ecodiesel passou a divulgar suas propostas no Ceará e a promover intercâmbios, levando agricultores para conhecer o projeto do Piauí, que já estava com sua formulação mais avançada. A empresa contou ainda com a parceria de algumas organizações sociais, que já haviam aceitado a proposta da empresa e aderido ao Programa, e da Ematerce (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará), que atuou na difusão da proposta de integração agroindustrial para a produção de biodiesel no estado.

A pressão estabelecida entre os movimentos sociais e entidades parceiras do MST acerca do tema levou à constituição de um grupo de trabalho para a formulação de propostas alternativas ao que estava sendo proposto pela Brasil Ecodiesel e pela Petróbras, que reuniu, além



Foto: Acervo do MST-CE

Consórcio de mamona com abóbora no Ceará

do MST, o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), o MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), o Governo do Estado, Prefeituras e a Fetraf (Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar). Neste processo, as organizações que haviam aderido ao programa da empresa (que preconizava o plantio de 15 ha de mamona por família, com estimativa de 1 t/ha quando o cultivo fosse solteiro) acabaram ficando isoladas no debate.

O MST-CE avançou então no entendimento de que era necessária a construção de um projeto próprio da classe trabalhadora com relação à produção de bionergia, inserido em uma estratégia mais ampla, que fosse capaz de acumular forças para a luta pela reforma agrária e pela soberania alimentar e energética, e também que fortalecesse os sistemas produtivos de base agroecológica. Este trabalho de reflexão coletiva deu origem ao documento intitulado *“Nossas Linhas Políticas sobre o Biodiesel”*, que sintetiza o pensamento político organizativo do MST-CE neste debate e que passou a nortear a organização nos fóruns de discussão.

Entre as principais orientações do documento estão: evitar a monocultura e a expansão de áreas desmatadas; não substituir culturas alimentares pelas destinadas à produção de energia; não aceitar o pacote tecnológico das empresas e manejar as lavouras em sistema agroecológico; fortalecer a cooperação na produção e na comercialização; e manter o controle da cadeia produtiva, desde a produção de sementes até o esmagamento, aproveitando ainda os subprodutos (para adubação e forragem).

Posteriormente, com base nestas premissas e mobilizando sua base social, lideranças e dirigentes, o MST-CE elaborou uma projeção política de curto e médio prazos sobre o tema, intitulada *“Nossas Linhas de Ação para os Próximos 3 anos - 2008 a 2010”*. Suas principais orientações diziam respeito à mobilização das famílias para avaliar os riscos e oportunidades da participação no PNPB e para organizar núcleos de produção; à cooperação e à produção e comercialização coletivas; à capacitação através de cursos, oficinas, seminários e encontros sobre agroenergia, agrocombustíveis, agroecologia e soberania alimentar e energética sob

controle dos trabalhadores; e à elaboração de materiais para dar suporte ao trabalho de técnicos/as, monitores/as, lideranças e agricultores/as.

Além disso, o documento propunha a conquista da autonomia na multiplicação das sementes de oleaginosas, incluindo a organização de viveiros de mudas e bancos de sementes; a formação de uma equipe técnica composta por lideranças e técnicos para elaborar e implementar projetos e acompanhar a produção nos assentamentos e comunidades; e o fortalecimento das organizações dos trabalhadores para viabilizar projetos e estruturas locais, como a implantação de esmagadoras para extração de óleo e pequenas usinas de biodiesel, buscando garantir a soberania energética e agregar valor à produção.

No plano mais político, o documento orientava a construção de relações de parceria e cooperação técnica com pesquisadores, universidades, Embrapa, ONGs (sobretudo o Esplar, que atua na região), bem como a negociação com governos, bancos, prefeituras e autoridades regionais para a viabilização de projetos. Também sugeria a elaboração de projetos para a obtenção de crédito para custeio da produção, para as unidades extratoras de óleo vegetal e para a produção de biodiesel de forma descentralizada nos vários municípios das regiões interessadas.

A participação do MST-CE no PNPB

A partir de 2007, tendo já amadurecido suas posições sobre o tema junto à sua base social e às entidades parceiras, o MST-CE passou a pausar a produção de biodiesel de forma propositiva, entendendo que esta poderia ser uma alternativa de desenvolvimento socioeconômico e ambiental, desde que preservada a coerência com os princípios políticos da organização.

Funcionamento do Programa

No Ceará o programa de Biodiesel é constituído pela Petrobras e com-

plementado pelo Programa do Governo do Estado (Programa Biodiesel do Ceará), o que é avaliado de forma muito positiva.

Segundo os contratos firmados com a Petrobras Biocombustível (PBio), a empresa compromete-se a comprar a mamona pelo preço estabelecido pela Bolsa de Valores de Irecê - BA e a pagar pelo kg do grão descascado o valor mínimo de R\$ 0,75 (a mamona com casca tem desconto de 38 a 40% sobre o valor do kg). O Governo do Estado complementa o preço da Petrobras assegurando o preço mínimo de R\$ 1,00 por kg. Na safra 2009/2010, o preço pago às famílias oscilou entre R\$ 1,05 e R\$ 1,10/kg. Mais recentemente, a Petrobras deixou de usar a Bolsa de Irecê como referência e sua política para determinar o preço da mamona não é clara. O preço baixo pago pela PBio tem, muitas vezes, induzido o rompimento de contratos por parte dos agricultores, que ao invés de entregar a produção à empresa, preferem vender para outros mercados onde encontram preços melhores.

A Petrobras fornece 50% das sementes de mamona e o governo estadual fornece os outros 50 %, além de sementes de milho e feijão e alguns insumos como calcário e boro. Estes insumos, entretanto, não são amplamente utilizados pelas famílias, seja em função da estratégia do MST de valorizar a produção própria de sementes e o uso de adubos orgânicos, seja pelos atrasos ocorridos na entrega das sementes pelo governo. Na safra 2009/2010 o governo estadual forneceu também 40 máquinas para debulhar a mamona, mas elas não funcionaram adequadamente, quebrando em torno de 40% dos grãos e não realizando a limpeza requerida.

Mas, de todos, o principal incentivo do governo à produção de biodiesel pela agricultura familiar é o subsídio concedido à implantação de novas áreas de plantio. A promessa inicial era a de que o governo estadual repassaria R\$ 200/hectare, até o limite de 5 hectares por família, para compensar as despesas com a limpeza da roça e a colheita, mas o governo logo recuou para o limite de 3 hectares, alegando falta de recursos. Para receber o incentivo é exigido um *stand* mínimo de 3.333 plantas por hectare e é necessário que a assistência técnica meça as áreas e faça o laudo de vistoria.

Inicialmente, o Programa exigia também que os cultivos de mamona fossem “solteiros”, ou no máximo consorciados apenas com feijão. Essa exigência foi revertida graças à pressão dos movimentos e, atualmente, para receber o incentivo é obrigatório o plantio consorciado.

Todas as famílias cadastradas assinam contrato no momento do plantio, estabelecendo as condições de preço e pagamento. Este contrato tem validade de 5 anos e não é considerado uma “amarra” do agricultor à indústria, e sim uma espécie de garantia de compra da produção para as famílias. O grau de burocracia é considerado grande, já que cada família acaba tendo que ser inscrita em três sistemas informatizados: o da Petrobras, o do Governo do Estado e o Sisdagri (Sistema de Cadastro do Programa Biodiesel).

A escolha das áreas de produção

No Ceará existem mais de 30 áreas de experimentação no cultivo de oleaginosas, conduzidas pelo MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) e pelo Governo do Estado, onde estão sendo testados diferentes sistemas de produção de mamona, quase sempre irrigados e com enfoque no aumento da produtividade. Itatira e Canindé têm áreas de experimentação apoiadas pelo MDA, onde se testa o cultivo consorciado e se busca avaliar diferentes formas de preparo do solo, adubação etc.

Para a implantação das áreas de produção de biodiesel foram privilegiadas as regiões onde havia maior concentração de famílias assentadas e maior potencial de produção. Um estudo realizado por uma empresa de consultoria contratada pela Petrobras apontou que, devido à grande concentração de famílias assentadas e agricultores familiares, as regiões do Canindé e de Quixeramobim seriam estratégicas para a constituição de entrepostos de recolhimento e armazenamento temporário de mamona. A partir desta avaliação, a Petrobras deveria identificar ali estruturas de armazenamento existentes ou construí-las.

Canindé é considerada uma região reformada, porém sofre pouca

influência política do MST devido aos problemas gerados por disputas eleitorais e paternalismo político de algumas lideranças, além da forte religiosidade.

Por outro lado, a região de Monsenhor Tabosa, além de possuir diversos assentamentos, é a que abriga o assentamento Santana, que é uma referência política e organizativa para o MST, com base social organizada e com diversas conquistas que o distinguem dos demais assentamentos. Quase metade da terra de Santana não é agricultável, mas as famílias conseguiram se desenvolver devido ao planejamento social do trabalho, com ações coletivas e semicoletivas como, por exemplo, armazenamento de forragens e solta do gado em conjunto.

Não por acaso, a produção de mamona na região de Canindé e arredores não atingiu as taxas estimadas pela consultoria, tendo sido de longe superada pela de Monsenhor Tabosa. Ou seja, a região de maior concentração de famílias agricultoras não foi a que concentrou a maior produção.

Quanto à região do litoral, a avaliação é de que a produção de mamona é inviável. Como alternativa, propõe-se a produção de amendoim. Entretanto, apesar de já existirem na região cerca de 200 famílias cadastradas para a produção do grão, esta discussão é ainda iniciante, a organização local para viabilizar a produção ainda não está consolidada e a Petrobras ainda não se dispôs a comprar este produto. Uma alternativa aventada e logo em seguida descartada por razões políticas foi a de vender a produção para a empresa ADM. Estuda-se agora a negociação com a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento / Ministério da Agricultura) no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Também na lógica da diversificação das culturas visando a minimização de riscos de dependência em relação ao mercado da mamona, o MST tem estimulado os agricultores ao plantio de girassol. O MDA, entretanto, já sinalizou que o governo não deverá mais investir nessa cultura no Nordeste.

Primeiros resultados

O MST realizou amplo debate com as famílias assentadas sobre o Programa do Biodiesel, procurando informá-las o suficiente para que pudessem decidir quanto a participar ou não, reforçando, entretanto, a orientação política de “nunca trocar um pé de feijão por um pé de mamona”.

Em 2007/2008, então, o MST deu início ao trabalho, cadastrando 220 famílias para a participação no PNPB junto à Petrobras. As sementes de mamona foram distribuídas pela Ematerce²¹. A coordenação do MST-CE inseriu-se no processo, organizando as famílias em núcleos de base e assumindo a medição das áreas para a obtenção do subsídio governamental, o que deu à organização um grande respaldo político junto às famílias. Nesse ano agrícola, das 220 famílias cadastradas no Programa, 186 de fato produziram mamona.

Na safra seguinte (2008/09), já melhor estruturado para o trabalho, o MST conseguiu cadastrar cerca de 3 mil famílias. Entretanto, devido ao atraso da Ematerce para fornecer as sementes e à escassez de chuvas naquela safra, apenas 1.659 famílias produziram.

A safra 2009/10 alcançou 840 toneladas que foram entregues à Petrobras, além das cerca de 10 t que sobraram no campo para serem recolhidas (repesca).

Uma imposição fundamental do Movimento neste processo que merece ser destacada foi a de “não ter pressa”. A PBio pressionava pelo rápido aumento da escala de produção, mas o Movimento teve a sabedoria de respeitar seus processos e operar na lógica da agricultura familiar, minimizando os riscos: começou com 100 agricultores e foi ampliando paulatinamente até chegar, atualmente, a 3.000 agricultores cadastrados. E destaca: são 3.000 agricultores que manejam sistemas produtivos “com” mamona, e não “de” mamona.

A compra pela Petrobras no Ceará foi feita em 11 municípios, sendo que somente na região de Monsenhor Tabosa há 4 pontos de compra.

Santana é um ponto de recebimento da produção em um raio de 12 km de distância. O ponto de apoio é a cooperativa local, que possui infraestrutura rústica de galpões. De lá para a usina, a Petrobras contratou uma empresa de transporte.

Mas é relevante notar que, apesar de a Petrobras ter construído uma planta industrial no estado e estar fomentando o processo de produção de mamona pela agricultura familiar, até o momento o produto não foi utilizado para a fabricação de biodiesel. Segundo a empresa, o volume existente não seria suficiente para movimentar a unidade de processamento nem mesmo por três meses. A Petrobras tem dito que uma tonelada de óleo de soja custa R\$ 2 mil, enquanto uma tonelada de óleo de mamona custa de R\$ 3,5 mil a R\$ 4 mil. A mamona está sendo estocada e todo o biodiesel produzido nas usinas do Ceará é proveniente de soja e algodão. Isso mostra que a produção de mamona para biodiesel não tem sustentabilidade.

No assentamento Santana, a estimativa de produtividade de mamona apresentada pela Petrobras e Ematerce gira em torno de 1 t/ha em sistema de monocultura, porém este modelo não foi testado e muito menos incorporado pelas organizações sociais. Já os técnicos do Movimento avaliam que, nas melhores áreas e com boas chuvas, seria possível estimar produtividade de até 1,8 t/ha de mamona, cultivada em consórcio com milho, feijão e outras plantas com menor presença. Na realidade, a mamona foi introduzida nos sistemas de produção já existentes e passou a ser mais uma cultura entre os policultivos das famílias. Em alguns casos conseguiu-se colher de 800 a 1.000 kg de mamona/ha, mas a grande maioria ficou aquém de 500 kg/ha. Não só a produtividade, mas a área cultivada e a renda obtida pelas famílias foi muito variada, indo desde R\$ 900,00 à R\$ 5.000,00.

O Projeto de Desenvolvimento do Biodiesel

A partir da experiência destes primeiros anos, o Movimento elaborou e apresentou à Petrobras um Projeto de Desenvolvimento do Biodiesel junto aos assentamentos, incluindo atividades organizativas, de capacitação e de assistência técnica. Em março de 2009 o Projeto foi aprovado e a Petrobras destacou ainda uma pessoa para intermediar o diálogo com os movimentos sociais do estado.

Neste contexto, e considerando que outras alternativas de plantas oleaginosas para a fabricação de biodiesel ainda não se apresentam viáveis, o MST identificou as regiões prioritárias para a implantação de projetos de produção de mamona.

Um aspecto positivo a ser considerado foi a determinação do Movimento de contratar para o trabalho de assistência técnica somente assentados ou filhos de assentados (que têm participado de cursos e capacitações em agroecologia), o que garantiu que o enfoque agroecológico na produção de mamona prevalecesse. Esta opção foi fundamental também para que os profissionais da assistência técnica olhassem para as propriedades dos agricultores como um todo, e não só para o sistema produtivo da mamona.

A assistência técnica e os monitores contratados pelo Projeto Biodiesel têm agora o desafio de trabalhar integrados à assistência técnica contratada pelo Incra e executada pelo Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), em articulação com o Movimento. A equipe do Projeto está organizada em 8 regionais, com 25 técnicos de nível médio, 60 monitores e 8 auxiliares administrativos. A perspectiva é

de avançar e romper com a fragmentação que existiu no início – devido à grande demanda de trabalho em função do número de famílias a serem atendidas, a equipe tendeu a concentrar-se apenas nas atribuições especifi-



cas da cadeia produtiva do biodiesel, correndo o risco de perder a visão mais abrangente sobre a unidade de produção familiar.

O MST-CE organizou ainda um Núcleo Gestor do Programa Biodiesel no estado. As famílias estão unificadas em torno de núcleos de base, e cada núcleo possui um articulador/a regional que vincula-se com as instâncias estaduais.

Avaliação da experiência

A relação com o Governo

A relação com o Governo Federal e com o Governo do Estado é bastante distinta quando se trata de concepção de desenvolvimento, e tem sido mais fácil operar com o estado do que com a União. As propostas do MDA são, de um modo geral, conservadoras. Seus representantes incentivam a integração com a indústria, são contrários à produção própria de sementes (salvo se estiverem registradas), procuram reduzir os consórcios etc. Já a Secretaria de Agricultura do Ceará tem se mostrado mais progressista, com maior abertura, inclusive impondo ao MDA alguns avanços importantes.

O MDA também tem, cada vez mais, aumentado a burocracia para as famílias que se subordinam à relação com as empresas (que, nos convênios com a agricultura familiar, buscam a isenção de impostos promovida pelo Selo Social). Por exemplo, o Ministério está eliminando a possibilidade de assinatura de contrato e pagamento aos agricultores apenas com o CPF, como foi feito até a safra 2009/2010. A partir de agora, está-se exigindo que as famílias tenham DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) e conta bancária, o que dificulta muito a participação no Programa.

Outro problema apontado com relação ao excesso de burocracia é que as atividades administrativas, como por exemplo a inscrição de cada família em três sistemas informatizados, têm absorvido boa parte dos técnicos e da militância.

O Movimento avalia que o MDA sofreu forte desgaste e está bastante desacreditado pelas organizações do campo, sobretudo por sua constante postura de incentivar a proposta de integração com as indústrias sem, em nenhum momento, se dispor a contribuir na formulação de propostas alternativas junto aos movimentos sociais que buscassem maior sustentabilidade dos sistemas de produção com um todo, e não apenas a obtenção de matéria-prima oleaginosa.

“Demonstramos que o consórcio gera maior renda para as famílias que o cultivo solteiro, por mais que caia a produção física por cultura. Conseguimos que a Petrobras aceitasse as sementes nativas de mamona (fígado de galinha, sangue de boi, rajadinha, mesquita) e também o plantio de variedades de feijão dos agricultores. Iniciaram distribuindo milho híbrido e agora passaram para o catingueiro. Perguntamos para a Petrobras: Qual é o objetivo do programa no estado: aumentar a renda do agricultor ou aumentar a produtividade da oleaginosa? A partir desta questão, avaliou-se a pesquisa que apontava a maior rentabilidade do agricultor quando plantava consorciado e que a cultura do milho não poderia ser eliminada pela sua importância no sistema de produção.”

Neném, dirigente e coordenadora do Biodiesel no MST-CE

A geração de renda e a produção de sementes

De um modo geral, as famílias agricultoras assentadas no Ceará têm basicamente o milho e o feijão como culturas agrícolas. O gado normalmente é destinado à produção de carne e costuma servir de poupança. A maioria das famílias que aderiu ao Programa do Biodiesel é beneficiária do Bolsa Família e tem sua renda complementada, eventualmente, pelo comércio de algum bode, carneiro ou galinha na feira.

A geração de renda e o consequente fortalecimento da segurança alimentar das famílias promovidos pela participação no PNPB constituem o aspecto mais positivo desta experiência. Em média, conseguiu-se uma renda de R\$ 800,00/hectare: é pouco, mas diante da renda das famílias, esse é um



Foto: Acervo do MST-CE

Consórcio de mamona com milho no Ceará

adicional que faz diferença – sobretudo considerando-se que as outras produções não foram comprometidas. Os agricultores relatam que com a mamona deixaram de vender a cabra, a poupança da qual eles precisavam se desfazer no período em que não tinham nenhuma renda. Eles avaliam, além disso, que a dificuldade de se lidar com um produto cujo preço oscila no mercado é compensada pela compra garantida, que não existe nas outras culturas com as quais trabalham.

É preciso considerar também que o processo de implantação da mamona tem gerado benefícios indiretos como a recuperação do solo, a organização dos assentamentos/comunidades e a melhoria da produção de outras culturas. Outro aspecto considerado relevante pelo Movimento é o processo de organização das famílias em torno do projeto, envolvendo técnicos e dirigentes, que tem garantido o controle político sobre o processo, com eficiência de gestão e equipe técnica qualificada.

O MST-CE pretende agora organizar a produção de sementes de mamona. Há demanda pelo insumo, já que a quantidade atualmente ofertada não tem sido suficiente para suprir o mercado, e há boa agregação de valor ao produto, com pouquíssimo acréscimo de trabalho. A produção própria ainda guarda a vantagem de conferir autonomia às famílias quanto à disponibilidade de sementes adaptadas às condições locais e aos sistemas manejados pelas famílias, e no tempo certo para o plan-

tio, ao contrário das sementes fornecidas pelo Governo do Estado e pela Ematerce, que são de variedades melhoradas em outras regiões e quase sempre chegam com atraso. E finalmente, depois de vários anos de insistência, a Petrobras recentemente concordou em começar a analisar as variedades crioulas de mamona dos agricultores da região.

Cultivo anual x bianual

Há um grande esforço por parte da coordenação do assentamento Santana e da equipe técnica do Projeto Biodiesel para promover as iniciativas de cultivo bianual da mamona. A cultura apresenta boa capacidade de rebrota após o primeiro corte e a produção no segundo ano chega a superar em até 30% a produção do primeiro.

Há, entretanto, muita resistência dos agricultores em adotar o manejo bianual. O primeiro motivo para a resistência é a crença, predominante, de que a mamona seria tóxica aos animais e portanto incompatível com a criação (embora haja depoimentos de agricultores que dizem saber manejar a lavoura e os animais de modo a evitar o risco de intoxicação).

O segundo é a dificuldade de se cultivar o milho em consórcio no segundo ano, uma vez que a mamona “fecha” a área e sombreia o cereal. Um alternativa neste caso seria o consórcio com a fava, entretanto não há muita aceitação e mercado para a leguminosa.

O terceiro e talvez mais importante motivo é o fato de o subsídio governamental à implantação de novas áreas de plantio (R\$ 200/ha, até 3 ha por família) não ser concedido para o manejo da cultura no segundo ano – só se aplica à implantação de novas lavouras.

Estes fatores têm levado muitos agricultores a eliminar, com muito esforço, lavouras viçosas, com boa capacidade de rebrota e produção. Houve também famílias que optaram por ampliar a área de lavoura para garantir o subsídio para 3 novos hectares, o que em alguns casos provocou o desmatamento de áreas novas.

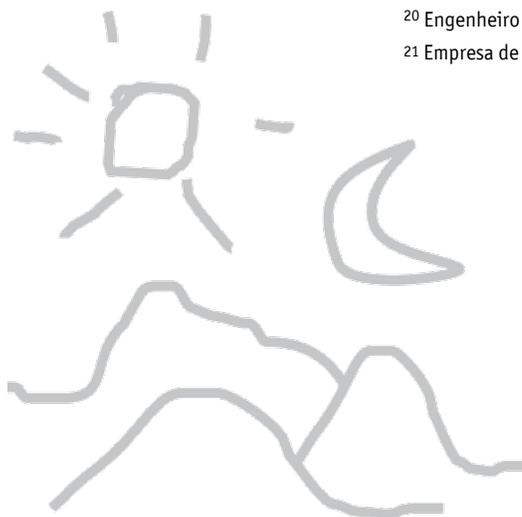
Próximos passos

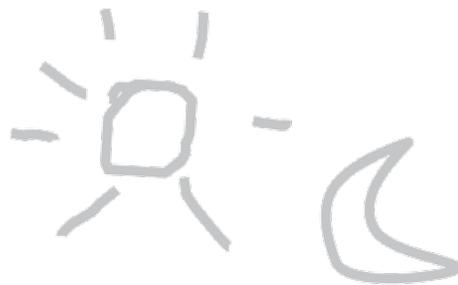
O MST-CE pretende, nos próximos anos, aumentar o número de famílias articuladas em torno do Programa de Biodiesel e avançar na promoção da agroecologia, incentivando o uso de adubo orgânico e de sementes crioulas. Pretende, ainda, implantar cinco unidades para o beneficiamento de sementes.

Levando em conta a pouca sustentabilidade da produção de mamona para biodiesel (já que não há até hoje biodiesel feito de mamona), o Movimento planeja também investir na estruturação das organizações e criação de pequenas unidades de esmagamento, para que os agricultores possam aproveitar os subprodutos do beneficiamento e agregar valor ao óleo, buscando, inclusive, outros mercados mais nobres para vender seus produtos (como as indústrias farmacêuticas, de cosméticos e até mesmo as fábricas de óleos industriais).

²⁰ Engenheiro agrônomo. Email: cirocorrea@terra.com.br

²¹ Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará.





3 - A Experiência da Unaic na produção de Agrocombustíveis

Fábio Hax²² e André Ferreira dos Santos²³

A Unaic (União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu e Região) é uma entidade autônoma dirigida exclusivamente por agricultores familiares, à qual estão filiados 38 grupos e associações comunitárias. Seu principal objetivo é congregar, organizar e representar os agricultores, integrando-os às políticas públicas e a um projeto de desenvolvimento regional sustentável.

Canguçu possui o maior número de minifúndios da América Latina. O município abriga aproximadamente 12 mil pequenas propriedades, com tamanho médio de 14,2 hectares. O predomínio da agricultura familiar é evidente e a maioria das famílias agricultoras encontra-se empobrecida, boa parte atrelada à cultura do fumo – atividade que dá sinais de estar entrando em decadência na região e deixa um número cada vez maior de agricultores insatisfeitos.

Entre as empresas e cooperativas que costumam negociar a produção dos agricultores destacam-se as cooperativas de beneficiamento de leite, as diversas empresas fumageiras e a indústria de celulose (desde a chegada da empresa Fibria, há cerca de dez anos, notou-se um signi-

ficativo aumento na área plantada com eucalipto na região). Há ainda a Cooperativa Sul Ecológica, que comercializa produtos agroecológicos da agricultura familiar.

A principal referência em assistência técnica e extensão rural no município é a Emater²⁴. Atuando em consonância com a prefeitura municipal, o órgão realiza reuniões, cursos e dias de campo, mas é incapaz de atender totalmente a demanda do município.

É também significativa na região a produção de grãos, com destaque para o milho e o feijão. Em menor proporção estão os produtores de sementes de hortaliças e de sementes crioulas de grãos. Devido aos bons resultados do Programa de Produção de Sementes Crioulas da Unaic, é bastante elevado o emprego de sementes de variedades crioulas na região.

A Unaic e o Programa de Biodiesel

O interesse da organização pelas culturas oleaginosas para a produção de biocombustíveis surgiu da percepção de que esta poderia ser uma nova alternativa de renda para os agricultores, com possibilidade de inserção em um sistema que garantisse a compra da produção. Ela foi vista, sobretudo, como uma alternativa à produção do fumo, que acontece através da integração com empresas do ramo, num sistema que subordina os agricultores em um trabalho penoso, em que os preços da produção são definidos pelas empresas e todos os riscos são assumidos pelos agricultores, que muitas vezes se arruinam em dívidas.

Com a chegada na região da empresa Brasil Ecodiesel, em 2006, a Unaic começou a organizar discussões junto às suas associações e avaliar o interesse dos agricultores em aderir ao Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB). Muitos agricultores desconfiaram do Programa, achando que não duraria muito tempo, e outros manifestaram resistência ao cultivo da mamona, planta que não é típica do sul do País. Houve, entretanto, agricultores que mostraram interesse pela propos-



Planta de mamona produzindo

de 800 agricultores para a produção de mamona e girassol. Formou-se uma equipe técnica com 13 pessoas, que assumiu o papel de avaliar contratos com a empresa e prestar assessoria técnica aos agricultores. A orientação que os agricultores receberam foi a de que não substituíssem seus cultivos pela mamona, mas sim que ela fosse um elemento a complementar seus sistemas de produção.

A maioria dos agricultores entrevistados para a realização desta sistematização reduziu áreas de pastagem ou utilizou para o plantio da mamona áreas que antes não eram aproveitadas.

Foram muitas as dificuldades enfrentadas no primeiro ano de produção, a começar pelo desconhecimento dos agricultores da região sobre a cultura da mamona. Embora, de um modo geral, as variedades plantadas tenham se adaptado bem às condições de cultivo dos agricultores familiares, a ideia de que a lavoura não exigiria tratos culturais resultou em produtividades muito baixas em algumas propriedades, o que levou muitos agricultores a desistir da participação no Programa.

Outro problema enfrentado foi a má qualidade das sementes distribuídas pela Brasil Ecodiesel, que apresentaram baixos índices de germinação e pureza, e acabaram também levando muitos agricultores que experimentaram a oleaginosa a abandonar o cultivo. A elevada acidez dos solos da região constituiu outra dificuldade técnica, uma vez que a calagem não foi subsidiada no primeiro ano de convênio. O excesso de chuva

ta, acreditando que, por se tratar de uma planta rústica, os riscos da produção seriam pequenos e o cultivo não seria muito trabalhoso.

Desafiada a aderir ao Programa, já na safra 2006/2007 a Unaic estabeleceu um contrato com a Brasil Ecodiesel, cadastrando mais

em períodos críticos da produção também prejudicou muitos produtores.

Houve ainda limitações com relação ao maquinário para a debulha da mamona, que além de apresentar alto custo de aquisição não se mostrou adequado.

A produtividade média de mamona alcançada nesse primeiro ano de cultivo foi de apenas 380 kg/ha e o preço pago ao produtor não passou de R\$ 0,59/kg (que representa uma renda média R\$ 1.085,00/ha para cada família no ano-safra).

Foram resultados desanimadores, que levaram a maioria dos agricultores envolvidos a desistir da participação no Programa. Diante deste cenário, a própria Unaic preferiu recuar em sua participação no projeto: ele não estava demonstrando viabilidade econômica e nem produtiva (ninguém estava preparado para aquele volume de produção) e os objetivos propostos pelo Programa não estavam sendo atingidos. A organização avaliou, além disso, ter sido um erro estratégico começar envolvendo muitos produtores em uma cultura nova (na verdade, um erro de todos: não só das organizações de agricultores, mas também das empresas e do governo). Com efeito, na safra seguinte (2007/08) caiu para 90 o número de agricultores que continuaram a produzir mamona.

Os 42 agricultores que investiram no plantio de girassol também não tiveram resultados promissores na primeira safra: houve muitos ataques de aves, insetos e doenças e a produção foi mínima. Na safra 2007/08 apenas 14 seguiram apostando no cultivo.

Sai Brasil Ecodiesel e entra Oleoplan

Para agravar o quadro, no final de 2007, a Brasil Ecodiesel, que já passava por uma grave crise econômica, desistiu de trabalhar com a agricultura familiar. A Unaic, por sua vez, estava fortemente insatisfeita com a empresa que não conseguia cumprir seus compromissos. O contrato foi então rompido por ambas as partes.

A Unaic viu-se forçada a procurar outra empresa para a qual pudesse vender a produção que já estava em campo e não seria entregue à Brasil Ecodiesel. Veio assim a parceria com a Oleoplan, que já estava instalada no Rio Grande do Sul e comprometeu-se com a compra da mamona dos 90 agricultores que haviam seguido no projeto (o pouco girassol produzido acabou vendido no mercado local para outros fins).

Na safra 2007/2008 os agricultores conseguiram produtividades melhores de mamona, alcançando uma média de R\$ 550 kg/ha. O preço pago aos agricultores também foi ligeiramente maior: R\$ 0,72/kg. A mamona foi recolhida pela indústria nas propriedades e levada para a unidade de beneficiamento da Oleoplan em Veranópolis - RS.

Com o passar dos anos, a produtividade da mamona e o preço pago aos produtores foi aumentando gradativamente, mas o número de agricultores participando do Programa manteve-se baixo.

A safra 2008/09 alcançou produtividade média de 799 kg/ha e o contrato com a Oleoplan rendeu R\$ 0,85/kg aos apenas 35 agricultores que seguiram no Programa.

A safra 2009/2010 alcançou uma produtividade média de 1.200 kg/ha, com 50 agricultores produzindo. A essa altura, entretanto, a insatisfação da Unaic e dos agricultores com a relação com a Oleoplan era muito grande. A empresa só assinava o contrato no momento que lhe era mais conveniente, normalmente prejudicando a agricultura familiar, e se houvesse qualquer quebra de produção em relação a área contratada, mesmo que justificada por razões climáticas, por exemplo, ela sequer pagava a assistência técnica. Mas a principal insatisfação era em relação aos baixos preços que eram pagos pela mamona e acabou levando os agricultores a romper o contrato com a empresa.

A produção da safra 2010/2011 foi vendida para a Azevedo, a maior empresa de óleo industrial do país (que não é uma empresa de biodiesel e nem se beneficia do Selo Social). Mesmo tendo que devolver à Oleoplan os valores referentes ao gasto com insumos naquela safra e custeando o

frete da mamona até São Paulo sem qualquer isenção fiscal, a venda para a Azevedo rendeu para os agricultores R\$ 1,10/kg.

Na safra 2011/2012 o número de agricultores produzindo mamona deverá aumentar para 150. A produção será novamente vendida para a Azevedo. Os agricultores receberão R\$ 1,40/kg, mas terão, dessa vez, que arcar com os custos dos insumos – o que significa que o rendimento da produção será equivalente ao da última safra, já vendida para a Azevedo.

Em questão a viabilidade do Programa

Embora a produção de mamona tenha se mostrado promissora na região Sul do país, o principal problema apontado pelos agricultores quanto à participação no PNPB foi o baixo preço pago pelo produto por parte das indústrias de biodiesel. As empresas estão aproveitando os benefícios do Selo Social, mas pagando muito pouco pela mamona e, na verdade, atuando como meras atravessadoras, pois não estão produzindo biodiesel com essa matéria-prima. O produto é comprado, esmagado e vendido pelas empresas como óleo de rícino para uso industrial. E o biodiesel tem sido feito, em sua maior parte, a partir de óleo de soja, que é muito mais barato.

A experiência da Unaic mostra que o Selo Social tem, na verdade, beneficiado apenas as indústrias. A produção de mamona para o Programa de Biodiesel não tem proporcionado rendimentos satisfatórios para os agricultores familiares. Mais ainda, a produção de mamona para a fabricação de biodiesel não tem viabilidade econômica: enquanto as empresas puderem comprar soja para fazer o biodiesel, não investirão na mamona.

É preciso reconhecer, entretanto, que esta experiência abriu uma nova oportunidade para os agricultores, que agora manejam uma nova cultura e podem acessar novos mercados, como os de óleos para fins industriais, cosméticos e farmacêuticos.

A Unaic está conseguindo melhorar sua estrutura de beneficiamento e, desde 2011, está conseguindo descascar a mamona. Mas avalia que



Plantio experimental de batata-doce

não é suficiente: para que a atividade se torne mais rentável, é preciso também esmagar o grão para vender o óleo e aproveitar, além da casca, os subprodutos do esmagamento para a fabricação de adubo orgânico. Além disso, a organização tem clareza de que não tem sentido trabalhar com agroenergia e não produzir a própria semente. Em 2011, 100% das sementes de mamona utilizadas na região já são de produção própria.

De um modo geral, os agricultores consideram que a produção de mamona tem melhorado a renda familiar – embora os preços praticados ainda sejam muito baixos. O cultivo também é avaliado como uma boa alternativa de diversificação das atividades produtivas. Outro aspecto positivo desta experiência é que ela possibilitou a inserção de comunidades distantes, cuja única forma de acessar o mercado é através da Unaic. A organização não conseguiria criar um mercado capaz de inserir tantas famílias ao mesmo tempo e a mamona trouxe essa possibilidade. A Unaic está, inclusive, conseguindo absorver agricultores que não estão mais conseguindo trabalho na produção de fumo.

Próximos passos

Atualmente, além dos 50 agricultores ligados à Unaic produzindo mamona, há outros 50 envolvidos na produção de plantas com potencial para a geração de energia.

A Unaic entende que a inserção dos agricultores nessa cadeia produtiva pode contemplar uma dimensão de desenvolvimento local sustentável e está disposta a investir nesse campo. Como um primeiro passo nesse sentido, a organização está agora trabalhando no resgate de variedades tradicionais de outras culturas que sejam alimentícias e também tenham potencial para produzir energia e ração animal, como a batata-doce (que, ao contrário da mamona, serve de alimento e não é tóxica para animais). A batata-doce é uma cultura tradicional na região que, além de alimentar as famílias, pode abastecer as escolas para a merenda e ser usada para a produção de álcool em pequena escala e para a fabricação de ração. Atualmente os agricultores estão se empenhando em resgatar variedades crioulas e antigas da região e a proposta é que apenas a parte da produção que não for vendida como alimento seja usada para a fabricação de álcool e ração.

Outra planta que está começando a ser testada é o tungue, mas ainda não há resultados. Os agricultores receberam mudas do governo e plantaram áreas bem pequenas e com custo zero, para não correrem riscos. Os resultados só começarão a aparecer em três anos.

O sorgo sacarino, outra cultura na qual a organização está investindo, pode ser usado também para a produção de cachaça.

E a soja produzida na região, toda orgânica, é destinada à alimentação humana (não há como competir com os grandes produtores no fornecimento de soja para o biodiesel).

Em breve os agricultores começarão a produzir adubo orgânico com a casca da mamona, calcário e resíduos da produção de feijão. A proposta é que, por cada 1.000 kg de mamona orgânica entregues, os agricultores recebam um valor monetário e mais 1.000 kg de adubo orgânico. A Unaic

acredita que em 2012 os agricultores já serão autossuficientes em torta de mamona para a fabricação do adubo.

Atualmente a Unaic está também atuando em parceria com algumas instituições na área dos agrocombustíveis: a Embrapa (Unidade Terras Baixas - Pelotas), que tem trabalhado no desenvolvimento de equipamentos e na avaliação dos coprodutos do óleo para biodiesel; a Fapeg (Fundação de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário Edmundo Gastal), que tem ajudado a captar recursos públicos para a realização de experiências na área; o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que também tem aportado recursos; e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, este com uma ação ainda muito incipiente, pois a Emater não tem se envolvido no trabalho. As universidades Federal e Católica de Pelotas também têm participado de ações em parceria, implementando projetos de pesquisa visando testar, junto aos agricultores, diferentes espécies vegetais para a produção de biodiesel e etanol, bem como testar a prensagem em microsmagadoras, avaliando a eficiência do maquinário, a qualidade dos coprodutos da prensagem e a utilização destes coprodutos para a fabricação de ração e fertilizantes.

Já existem também 26 unidades onde os agricultores estão sendo capacitados para a produção de soja, tungue, mamona e girassol, e 19 unidades de capacitação para a produção de batata-doce, cana e sorgo sacarino. Há, ainda, 12 unidades onde os agricultores estão recebendo capacitação para a produção de sementes de mamona, girassol e soja, bem como para a gestão e implementação de ações associativas e cooperativas.

O projeto da Unaic hoje prevê a produção de cana, batata-doce e sorgo sacarino para a produção de álcool, e de soja, girassol, tungue e mamona para a produção de óleo. Prevê também a criação de uma destilaria e de uma miniusina para o processamento dos grãos, bem como o aproveitamento dos subprodutos do processamento para adubação e alimentação animal. Todos os produtos – o óleo, o álcool, a ração e o adubo – serão destinados tanto para o mercado, como para abastecer os próprios agricultores.

A organização pretende ainda criar uma cooperativa de consumidores e produtores para poder vender o biodiesel na região e não para as indústrias de biodiesel. O álcool produzido na destilaria também abastecerá a cooperativa de leite. A meta da Unaic é conseguir articular 600 a 700 famílias na produção de biodiesel, adubo, leite e outras culturas alimentares.

Para o futuro, a questão vista pela Unaic como o principal desafio na evolução deste projeto é a da escala. Até agora, as pesquisas estão apontando que unidades de esmagamento muito pequenas não têm viabilidade econômica: os custos com mão de obra e caldeira são muito altos e a prensa pequena deixa muito resíduo de óleo na torta, que estraga e já não serve para adubo. Por enquanto, para aproveitar o subproduto como adubo é preciso ter escala maior – e aí é preciso atentar para não cair na lógica da monocultura, cujas características são incompatíveis com a produção familiar agroecológica.

²² Engenheiro Agrônomo.

²³ Coordenador Técnico da Unaic.

²⁴ EMATER/RS – Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural.





PARTE II

Análise do conjunto de experiências sistematizadas



O Biodiesel e a Agricultura Familiar

Jean Marc von der Weid²⁵

Tem sentido um programa de biodiesel?

O Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) foi lançado em 2004 pelo presidente Lula com uma forte ênfase em seu caráter de motor do desenvolvimento social da agricultura familiar, assim como de seu papel no desenvolvimento regional, em particular nas regiões Nordeste e Norte. Por outro lado, o Programa foi também divulgado no Brasil e no exterior como parte da contribuição brasileira para o controle da emissão de gases de efeito estufa e, portanto, para enfrentar o problema do aquecimento global. Com um posicionamento tão ambicioso, o Programa merece ser avaliado após quase oito anos do seu lançamento.

Não há dúvidas de que o Programa do Biodiesel inspirou-se no Pró-Álcool, dos anos 1970, programa que é considerado um imenso sucesso e que colocou o Brasil na vanguarda da produção de biocombustíveis no mundo. A diferença fundamental entre um e outro foi a intenção clara do governo Lula de fazer da agricultura familiar o principal beneficiário e ator econômico do novo programa, enquanto o Pró-Álcool foi voltado para o grande empresariado do setor açucareiro, hoje reconhecido como um forte setor do agronegócio.

O Programa do Biodiesel sofreu e sofre do mesmo tipo de crítica que sofreu o Pró-Álcool, questionando-se a sua viabilidade econômica sem pesados subsídios do Governo. Os governos militares de Geisel e Figueiredo investiram praticamente a fundo perdido na modernização das usinas de açúcar e na implantação de destilarias associadas. Apesar de o agronegócio propagandear o sucesso econômico do Pró-Álcool, é preciso lembrar que ele foi pesadamente subsidiado ao longo de quase toda a sua história. Não há nada errado, em princípio, nos subsídios dirigidos ao Programa do Biodiesel – afinal de contas, a evolução do contexto mundial de produção de energia tende a confirmar a sabedoria de se subsidiar estas novas fontes preparando-se para o quadro de carências cada vez mais ameaçadoras.

Perto de 80% de toda a energia consumida no mundo tem origem fóssil: petróleo, gás e carvão mineral. Por definição, estes três insumos são recursos finitos, mas, até 50 anos atrás, as estimativas unânimes dos especialistas indicavam que as reservas já identificadas e aquelas “a identificar” permitiam prever um abastecimento sem problemas de uma humanidade cada vez mais consumidora de energia por longo tempo, tão longo que não valia a pena pensar no problema do “fim do petróleo”. Há 50 anos o geólogo americano A. K. Hubbert previu que a produção americana de petróleo atingiria um “pico de produção” por volta de 1970 e, a partir deste momento, ela iniciaria um inexorável declínio até a sua manutenção tornar-se economicamente inviável. A “curva de Hubbert”, em formato de sino, foi ridicularizada por empresas e organismos públicos, mas o fato é que a previsão do geólogo funcionou com precisão matemática: a partir de 1970 a produção de petróleo nos EUA entrou em declínio. Hubbert fez também previsões para o “pico mundial do petróleo”, mas neste caso suas estimativas não se confirmaram ainda. O pico mundial de Hubbert ocorreria por volta da virada do século. Seguidores do cientista americano (já falecido) explicaram que os dados disponíveis sobre a produção, prospecção e reservas de petróleo no mundo são menos precisas e transparentes do que as existentes no caso dos EUA. Sucessivas revisões dos cálculos de Hubbert trouxeram o pico para os anos 2006/2007, 2010 e 2015.

Desde o momento em que Hubbert lançou suas teorias e previsões até agora, as reações dos distintos setores envolvidos na exploração do petróleo mudaram muito. Hoje poucos se arriscam a negar a proximidade do fim da era do petróleo, sendo que os mais otimistas falam em meados do século e os mais pessimistas como algo que já teve início, mas que ainda não foi claramente reconhecido. Grandes empresas petrolíferas como a *British Petroleum* ou a *Total* (francesa) falam no pico ocorrendo ao longo desta década. José Sérgio Gabrielli, presidente da Petrobras, assumiu (para o público externo) um pico para 2011. O presidente da Agência Internacional de Energia está estimando um pico em 2015. É claro que existem outras fontes de combustíveis fósseis cujos picos se darão mais adiante (2025 a 2030), mas não tão adiante assim. Por outro lado, novas fontes de petróleo como as areias betuminosas em Alberta, no Canadá, as jazidas de óleo superpesado encontradas na bacia do Orenoco, na Venezuela, ou o petróleo de boa qualidade encontrado nas jazidas do pré-sal na costa brasileira são avaliadas com reservas por muitos especialistas. No mínimo, estas novas fontes implicam em custos excepcionalmente mais altos de extração e, nos casos canadense e venezuelano, também de refino. Mesmo que o volume destas reservas seja tão alto como está sendo apregoado, o resultado final seria adiar o pico do petróleo por dois ou três anos, mas sem alterar o fato de que os preços tenderão a disparar.

Uma amostra deste cenário futuro já foi exibida para o mundo nos anos 2007/2008. O preço do petróleo disparou até atingir a marca histórica de US\$ 148,00 por barril, contaminando a economia americana e europeia e gerando uma recessão da qual ainda não saímos totalmente, sobretudo os países mais ricos. Os mais otimistas viram na escalada dos

preços apenas a “mão visível” da especulação de mercado, mas o fato é que a produção de petróleo não conseguiu acompanhar o aumento contínuo da demanda, aquecida nos países mais ricos no longo período chamado pelo presidente do Fe-



*deral Reserve Bank*²⁶ dos Estados Unidos de “*irrational exuberance*” (exuberância irracional), e superaquecida pelo desenvolvimento acelerado da Índia e da China. Com a crise e a recessão, os preços do petróleo caíram para perto de US\$ 30,00 e muita gente achou que o problema tinha acabado, mas, apesar da muito tímida recuperação da economia mundial, o preço do barril já bateu de novo a casa dos US\$ 100,00 apenas 30 meses após o último recorde.

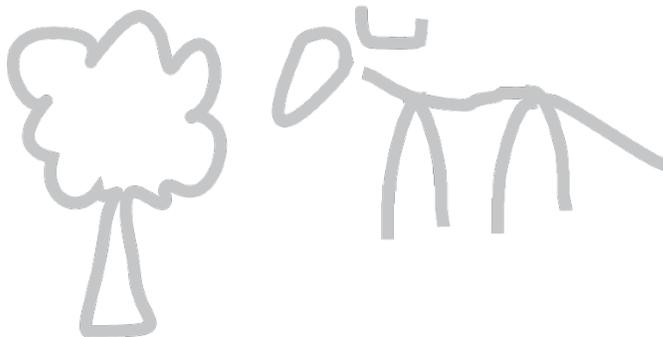
Esta avaliação inicial do cenário mundial tem por objetivo confirmar a correção da opção feita pelo governo Lula ao promover o Programa do Biodiesel, muito embora se possa criticar a sua concepção e amplitude. Frente à crescente perspectiva de maiores preços dos derivados de petróleo (e a Petrobras não pode eternamente segurar os preços artificialmente, como fez em 2008/2009), a produção de álcool ou biodiesel terá cada vez menos necessidade de subsídios e os atuais se justificam para dar o *start* na criação de uma cadeia agroindustrial nova.

A questão não é, portanto, se o biodiesel, como o álcool, virá a ser uma alternativa viável economicamente, mas qual o seu papel em uma nova matriz energética brasileira. Os delírios do setor agroindustrial, assim como os do governo Lula, apontam para uma maciça substituição dos combustíveis automotores por estes produtos. Não cabe aqui esta discussão, mas é óbvio que isto não poderá ocorrer sem concorrência com a produção de alimentos e sem fortes impactos ambientais. No entanto, uma visão mais modesta do papel destes produtos pode garantir um lugar para eles sem os prejuízos acima apontados.

Objetivos contraditórios

O Programa do Biodiesel carrega na sua concepção objetivos contraditórios. Por um lado, o governo buscou privilegiar a agricultura familiar como produtora de matéria-prima (oleaginosas) e, por outro, favoreceu a criação de uma infraestrutura industrial de extração de óleo e de produção de biodiesel em uma escala e uma velocidade que alijam, na prática, uma participação significativa da agricultura familiar. Grande parte

(88%) da nova capacidade de produção de biodiesel estava, em 2007, nas mãos de quatro grandes empresas: Granol, Caramuru, Biocapital e Brasil Ecodiesel. De lá para cá a Brasil Ecodiesel entrou em crise e vá-



rias outras empresas juntaram-se às primeiras: Agrenco, ADM, Fiagril, BSBIOS, Comanche, Bertin e Oleoplan, além da Petrobras e outras menores. A capacidade instalada (4 milhões de litros por ano distribuídos por 65 empresas) é bastante maior do que a atual demanda do mercado (1,8 bilhão de litros), o que permite supor que as empresas estejam apostando na aceleração do Programa por parte do governo. Esta hipótese está confirmada pela antecipação dos percentuais de mistura de biodiesel ao derivado de petróleo. A mistura B2 (2% de biodiesel) passou a ser exigida pelo governo em 2008 e a B5 está prevista para 2013. No entanto, a B4 já está vigendo desde julho de 2009 e espera-se a antecipação da B5 para 2011. A mistura B5 significa uma produção de cerca de 2,5 milhões de litros de biodiesel por ano. Isto mostra a capacidade ociosa das empresas que vêm pressionando o governo para acelerar o B5 ainda para este ano e o B10 para, no máximo, 2015. Segundo as empresas, tudo depende apenas do governo garantir os subsídios necessários para remunerar os investimentos das empresas, fortemente apoiados pelos recursos do BNDES²⁷, e flexibilizar as regras do Selo Social, já que o país dispõe de matéria-prima suficiente para acelerar o Programa, desde que seja aceito o princípio de que a soja será o componente essencial do PNPB – como na prática já vem acontecendo.

Grandes unidades de produção de biodiesel, do modelo que vem sendo predominante inclusive nas unidades da Petrobras, tendem a provocar um adensamento da produção de matéria-prima no menor raio de distância da unidade produtora, de modo a diminuir os custos de transporte

neste elo da cadeia produtiva. Por outro lado, a aceleração do Programa submeteu a produção da agricultura familiar a uma pressão de demanda a que não tinha a menor capacidade de responder. Impensado entre a concepção do agronegócio e a da agricultura familiar, o Programa acabou criando uma situação insustentável, com as empresas comprando matéria-prima no Nordeste para garantir o Selo Social e transformando-a, quando é o caso, em unidades no Centro Sul do país. Além disso, a precipitação no lançamento do Programa fez com que se criasse outro disparate, que é a prioridade do uso de mamona como matéria-prima para o biodiesel. Além do óleo de mamona ter uma alta viscosidade que o torna pouco apropriado para a mistura com o diesel, ele tem um mercado significativo para outros fins, que pagam melhor do que os valores próximos aos do derivado de petróleo. O custo de subsidiar a mamona como matéria-prima para a produção de biodiesel seria monstruoso se, na prática, a aceleração do Programa não tivesse levado a produção familiar a um papel marginal. Hoje as empresas compram mamona para cumprir as definições do Programa, mas não usam esta matéria-prima para produzir biodiesel, preferindo revender o óleo ou o grão para o mercado especializado. A matéria-prima mais barata para as indústrias do biodiesel é a soja, cujo preço está quase 60% mais baixo que o da mamona.

As empresas não acreditaram nas definições de prioridade social do Programa, tanto é que instalaram suas unidades industriais prioritariamente nos estados de forte produção de soja pelo agronegócio: Mato Grosso, São Paulo, Rio Grande do Sul e Goiás, onde a capacidade instalada representa 72% do potencial produtivo de biodiesel. Mais recentemente o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) flexibilizou as normas do Selo Social, reduzindo os percentuais da produção comprada da agricultura familiar de 50% para 30% no Nordeste e subindo este percentual para 15% no Norte e Centro Oeste, permanecendo em 30% as compras obrigatórias nas regiões Sul e Sudeste. Mais ainda, a instrução normativa Número 1 de 19/02/2009 permitiu que as empresas candidatas ao Selo Social substituam parte das suas compras da agricultura familiar por investimentos equivalentes na agricultura familiar na forma de assistência técnica, insumos etc. Nas diretrizes anteriores, estes aportes deviam

ser gastos pelas empresas e, além disso, elas deviam comprar 50%, 30% ou 10% da matéria-prima utilizada da agricultura familiar segundo a região em questão. Ao incorporar nos percentuais os gastos de apoio à produção da agricultura familiar, a normativa reduziu significativamente as compras de matéria-prima desta fonte. Segundo alguns analistas, o Selo Social vem operando na base do “faz de conta”, isto é, as empresas fingem comprar matéria-prima dos agricultores familiares e o MDA finge que acredita nisto.

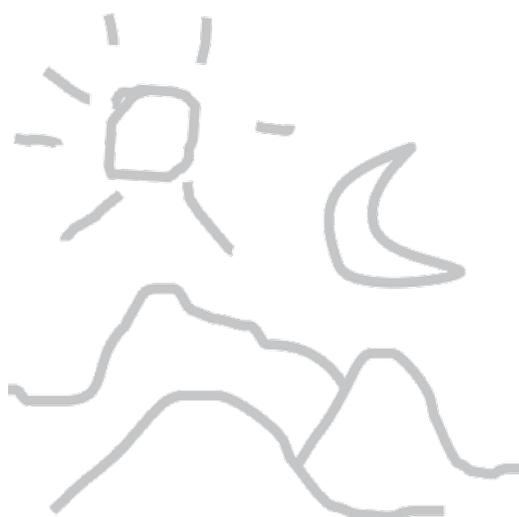
A meta inicial do Programa do Biodiesel era incorporar 200 mil agricultores familiares até a fase de obrigatoriedade da mistura B2, em 2008. Naquele ano, o Ministro do Desenvolvimento Agrário Guilherme Cassel afirmou que 97 mil agricultores familiares participavam do Programa – menos da metade do previsto. Em fins de 2010 o governo afirmava que o total de participantes desta categoria no Programa era de 110 mil. Avaliações independentes em 2009 falavam em um número muito menor, de 28 mil famílias e, em fins de 2010, técnicos da Petrobras avaliavam que para além dos cerca de 60 mil agricultores familiares parceiros desta empresa haveria pouquíssimos outros efetivamente integrados ao Programa. Dados parciais da região Sul mostram que, embora existam agricultores familiares vendendo matéria-prima para as empresas de biodiesel, a grande maioria vem da camada mais favorecida, produzindo soja em áreas de monocultura cuja média é superior aos 25 hectares.

Por trás do discurso governamental que qualifica o PNPB como um “Pró-Álcool dos pobres”, a realidade é que o agronegócio está tomando conta do Programa. A soja representa 75% da matéria-prima empregada hoje e o sebo de boi, 20%. Ambos produtos vêm sendo fornecidos, sobretudo, pelo agronegócio e restam 5% de matérias-primas variadas como girassol, macaúba, tungue e dendê. Embora as compras de mamona continuem sendo feitas e aceitas para comprovação de Selo Social, este produto está, inclusive formalmente, excluído da produção de biodiesel. No entanto, a insistência do governo em manter, pelo menos na forma, uma participação da agricultura familiar no Programa nos leva a perguntar, do ponto de vista dos agricultores, se vale a pena esta participação.

Concepções em choque

A experiência pioneira da Brasil Ecodiesel no Piauí envolveu vários assentamentos da reforma agrária, com mais de mil agricultores participantes. O modelo era o clássico da integração da agricultura familiar com as empresas. A Brasil Ecodiesel fornecia os insumos, preparação do solo, assistência técnica e a garantia de compra do produto (com preços definidos por ela, é claro). O sistema produtivo era de monocultura sem espaço para outros produtos complementares. A avaliação unânime é que a experiência foi um fiasco que custou dinheiro à empresa, mas, sobretudo, arruinou os agricultores que até fome passaram. Este modelo de integração foi fortemente rejeitado pelas organizações dos movimentos sociais – Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), Fetraf (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar) e Via Campesina (que inclui o MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, o MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores e o MMC - Movimento de Mulheres Camponesas) – que buscaram garantir uma maior autonomia e sustentabilidade dos agricultores familiares produtores de oleaginosas. Notavelmente, a Petrobras foi a única empresa de biodiesel que buscou estabelecer relações somente com grupos organizados de agricultores, muito embora nem sempre tenha conseguido garantir esta opção. Como, segundo alguns avaliadores, a praticamente totalidade dos agricultores familiares participantes do Programa sejam os parceiros da Petrobras, focaremos a nossa análise nesta empresa e nos impactos gerados por quatro safras de colaboração.

A Petrobras escolheu localizar suas indústrias atendendo as orientações formais do Programa, co-



locando ênfase nos critérios sociais. Não por acaso, suas três primeiras indústrias foram implantadas na região semiárida (na Bahia, no Ceará e no norte do estado de Minas Gerais), sendo que a próxima a ser instalada será localizada no estado do Pará. Por outro lado, a Petrobras investiu em outra unidade de biodiesel em Marialva, no norte do Paraná, região de soja com forte presença do agronegócio. Este investimento foi feito em sociedade com uma empresa privada (BSBIOS), o que limita as opções da Petrobras para favorecer a agricultura familiar. Não só por este exemplo, tem-se a impressão de que a Petrobras está buscando se posicionar no mercado de biodiesel (o objetivo da empresa é controlar 25% do mercado até 2015) e para isto ela não pode manter a prioridade social sem perder competitividade. Por esta razão, ela mantém uma política dupla, por vezes ambígua e contraditória.

Desde logo, é preciso lembrar que a Petrobras não tem qualquer experiência prévia na promoção de uma cadeia agrícola. Ela buscou compensar esta deficiência colocando na presidência da Petrobras Biocombustível (PBio) o ex-Ministro do Desenvolvimento Agrário Miguel Rossetto. Apesar de um período no geral positivo à frente do Ministério, Rossetto também tem uma história mais ligada ao petróleo (era sindicalista do setor) do que à agricultura. Esta carência refletiu-se desde o início da operação da PBio, quando uma visão típica de grande empresa e nada típica da agricultura familiar levou à definição das dimensões das fábricas que seriam construídas. As grandes unidades de produção geraram imediatamente uma ameaça para os fornecedores potenciais de matéria-prima, isto é, os agricultores familiares do semiárido.

Este público alvo se compõe, na sua grande maioria, de minifundistas cujas propriedades, segundo o último censo, não ultrapassam, em média, os 4 hectares. Frequentemente, aliás, mais de uma família vive e trabalha nesta propriedade. O clima e o desgaste dos solos também não ajudam esta agricultura familiar nordestina, mais voltada para a produção para o autoconsumo e para os pequenos mercados de vizinhança do que para um comércio mais exigente em qualidade, quantidade e regularidade. Este público é ainda, na sua grande maioria, bastante desorganizado no que

concerne a produção e o acesso aos mercados, embora esteja política e reivindicativamente articulado em sindicatos ou associações. A todas estas limitações devemos agregar a precariedade da rede de estradas, das vicinais às federais, para nos darmos conta das imensas dificuldades em conseguir, em curtos prazos, que estes agricultores forneçam a mamona ou o girassol necessários para a operação das grandes usinas de biodiesel da PBio.

Os primeiros estudos dos economistas da Petrobras beiravam o absurdo, se considerarmos a realidade da agricultura familiar do semiárido. O modelo produtivo sugerido pelos “especialistas” considerava que, para ser rentável, a produção de mamona deveria ocupar, no mínimo, 30 hectares em monocultura com variedades de alto rendimento, uso de adubos químicos e agrotóxicos. Com isto seria possível obter um rendimento de até 3 toneladas de mamona por hectare, aliviando as necessidades de subsídio na compra do produto. Esta lógica batia de frente com o tamanho das propriedades, com a falta de acesso ao crédito para comprar insumos e, sobretudo, com o desconhecimento destes métodos produtivos por parte dos agricultores. No sistema tradicional a mamona é explorada quase de forma extrativa. Não há, propriamente, um plantio de mamona, mas uma brota espontânea nos roçados ou nos pousios. Quando se fazem plantios eles são intercalados com outras culturas consideradas mais importantes. Como são plantas rústicas e bem adaptadas às condições de estiagem tão frequentes na região, elas não carecem de investimentos e emprego intensivo de mão de obra. Neste sistema os rendimentos são baixos, mas o papel da cultura é o de um complemento de renda nos anos em que os preços estão favoráveis, e não o de um produto central. O choque entre a visão dos tecnocratas da Petrobras e a realidade da agricultura familiar era inevitável.

As grandes dimensões das indústrias instaladas pela Petrobras fizeram com que a empresa fosse obrigada a expandir o raio de suas compras, tanto da agricultura familiar como do agronegócio. A indústria de Quixadá, no Ceará, está comprando matéria-prima do Piauí até Pernambuco, incluindo Rio Grande do Norte e Paraíba. As outras usinas fazem compras

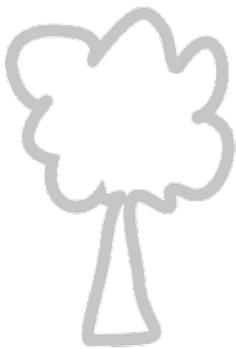
até dos estados do Sul ou do Oeste. Esta irracionalidade entra na conta do “social” e representa um real prejuízo para a empresa. A manutenção deste esquema tem mais a ver com a imagem política do governo e da empresa do que com a economia. Mas por quanto tempo esta ficção poderá durar? Uma mudança nos rumos do governo e/ou da Petrobras pode condenar, se não o Programa, pelo menos o seu investimento a fundo perdido com a agricultura familiar.

Os movimentos sociais e o PNPB

A posição das organizações dos movimentos sociais do campo brasileiro tem sido de prudência e tem condicionado sua participação no Programa a uma série de quesitos. Os princípios básicos adotados de modo geral por todos os movimentos são:

- Integrar a produção de oleaginosas a um sistema diversificado sem sacrificar a produção de alimentos;
- Não adotar sistemas de alto uso de insumos químicos pelos seus custos financeiros e riscos elevados;
- Negociar com o Programa (na prática com a Petrobras) o apoio à instalação de infraestruturas de esmagamento sob controle dos agricultores; e
- Garantir a conservação dos recursos naturais e do meio ambiente pela adoção de práticas agroecológicas (este ponto aparece claramente nas posições do MPA, MST, MMC e da Cooperativa Grande Serção e, de forma menos nítida, da Fetraf).

As organizações supracitadas negociaram com a Petrobras, garantindo seu controle sobre um ponto essencial dos subsídios da empresa, que é a assistência técnica. Os técnicos contratados com recursos dos convênios com a empresa seguem a orientação dos movimentos e procuram levar à prática as orientações básicas acima mencionadas. Esta opção não evitou alguns choques entre os técnicos da Petrobras e os executores dos convênios.



No Ceará houve a tentativa de impor o uso de sementes melhoradas e criaram-se obstáculos à pretensão do MST de fazer a produção própria de sementes. Neste estado existe a cooperação com o governo local, que fornece a metade das sementes de mamona e as sementes de milho e feijão, além de alguns insumos como calcário. Dentro da estratégia dos movimentos de beneficiar ao máximo a produção, o MST conseguiu que o governo estadual fornecesse 40 debulhadeiras de mamona, o que permite um ganho de 40% sobre o preço do produto. Houve tentativas de impor cultivos “solteiros” de mamona, mas hoje os consórcios com produtos alimentares são obrigatórios. Também houve um estímulo a cultivos maiores, de até 5 hectares por família, mas isto também foi abandonado. Hoje os cultivos de oleaginosas alcançam no máximo 3 hectares em regime consorciado e uso de sementes de variedades de mamona, milho e feijão produzidas pelos próprios agricultores.

Em Montes Claros - MG a Cooperativa Grande Sertão e a Cooperativa Camponesa Veredas da Terra (esta vinculada ao MST) fizeram acordos com a Petrobras com resultados limitados. No início a empresa fornecia adubo, calcário, sementes e pagava os tratores para preparo do solo. Além disso, como já assinalado antes, vários técnicos e agricultores “mobilizadores” foram pagos pela empresa, mas contratados pelas cooperativas. Os problemas técnicos foram muitos, já que os agricultores constataram que as variedades de mamona e de amendoim fornecidas pelo Programa não se adaptaram às condições locais. As primeiras mostraram-se mais vulneráveis às estiagens do que as tradicionais, enquanto as segundas, apesar dos bons rendimentos alcançados, eram de colheita muito trabalhosa. Em Montes Claros houve muita reclamação das cooperativas pela imposição pela Petrobras de metas de participação e de entrega de matéria-prima acima do acordado inicialmente, sobrecarregando as equipes técnicas e de mobilizadores e fragilizando a pedagogia participativa utilizada. Os resultados deste primeiro ano foram desastrosos. Menos de 800 agricultores do total de quase 6.000 cadastrados entregaram matéria-

prima para o Programa. A explicação vem dos atrasos no fornecimento dos insumos, da seca que afetou a região e da demora da Petrobras em recolher e pagar os produtos. Os agricultores preferiram vender a pouca mamona produzida no mercado do óleo de rícino e o amendoim para as fabriquetas de doces da região, que pagaram mais que o dobro do oferecido pela Petrobras. Assim, o que era para ser misturado com o óleo diesel serviu para fazer pé-de-moleque.

Após os estímulos não muito bem sucedidos no primeiro ano de relações entre a Petrobras e as cooperativas em Montes Claros, a empresa limitou-se a pagar a assistência técnica e as sementes e garantir a compra da produção. Houve um hiato de uma safra nos acordos com as cooperativas e a produção retomou em 2009/2010. Também aqui não ocorreu a tendência natural de concentração da produção em monoculturas e isto se deve à natural prudência dos agricultores em comprometer toda a sua área produtiva para uma só cultura e às orientações das organizações dos agricultores. A Grande Sertão negociou fortemente com a Petrobras a diversificação da matéria-prima que poderia ser entregue, incluindo entre as possibilidades, além da mamona, o girassol, o amendoim e a carnaúba. Por outro lado, a cooperativa conseguiu do BNDES recursos para instalar 5 unidades de esmagamento de médio porte, de forma a deixar com os agricultores os lucros desta etapa da cadeia produtiva, bem como os subprodutos (tortas e cascas) que podem ser usados na alimentação animal ou como adubo. A dimensão dos equipamentos industriais foi definida em função do princípio de aproximar a produção primária dos processos de transformação, permitindo um maior controle das bases da cooperativa. A aquisição destes equipamentos não serve apenas para melhorar a inserção dos agricultores na cadeia do biodiesel, mas, muito mais importante, vai permitir que outras oleaginosas possam ser esmagadas e dirigidas a outros mercados que pagam melhor do que o de biodiesel, como o de cosméticos e o de óleos alimentares. Para a cooperativa, esta opção estratégica é muito mais importante do que a participação no Programa do Biodiesel, visto com desconfiança pelos agricultores que temem depender de um único comprador, mesmo tão “paternal” como pode ser a Petrobras. O financiamento do BNDES só aconteceu pela participação da

Grande Sertão no Programa do Biodiesel, mas a Petrobras não viu esta alternativa com entusiasmo, pois não acredita na capacidade gerencial dos agricultores e teme que os mesmos acabem na falência junto com a cooperativa. Estas restrições se repetiram em todas as regiões de atuação da empresa.

Apesar de não dispor de unidades produtoras de biodiesel na região Sul (a unidade comprada em parceria com empresa privada no Paraná é de operação bem recente), a Petrobras compra matéria-prima de grupos de agricultores como a Cooperbio, em Palmeira das Missões, e a Cooperfumos, em Santa Cruz do Sul (ambas no RS). São ainda poucas famílias, menos de 100, plantando áreas de menos de 3 hectares em média. A opção destas cooperativas é de utilizar as áreas “dobradas” das propriedades para implantar sistemas florestais de uso múltiplo com o tungue para biodiesel, eucalipto para lenha e espécies frutíferas. A Cooperbio está instalando uma unidade de esmagamento e pretende, com o tempo, passar a vender o óleo no lugar da matéria-prima. Por enquanto as duas cooperativas vendem soja em grão para a usina da Petrobras em Candeias, na Bahia, uma das demonstrações da irracionalidade do Programa. Nesta safra de 2011 a intenção é vender 1,1 milhão de sacas de soja para a usina Delta, no Mato Grosso, sendo que este volume é o dobro do que vendem atualmente para a Petrobras. Das informações disponíveis não fica claro se as cooperativas vão diversificar e ampliar as suas vendas ou se vão substituir a Petrobras pela Delta.

A experiência da Unaic, União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu, no Rio Grande do Sul, difere das anteriores por não ter qualquer relação com a Petrobras. Inicialmente com a participação de 800 famílias de um município com 14 mil agricultores familiares, a produção de oleaginosas foi dirigida para grandes empresas como a Brasil Ecodiesel, já mencionada na desastrosa experiência do Piauí. Depois de embates sobre o modelo de produção a ser aplicado, a Unaic procurou outros compradores e diminuiu o escopo do Programa para poder melhor controlar a sua execução dentro dos princípios da diversidade dos sistemas produtivos e da aplicação da agroecologia. Hoje são 150 famílias

que produzem mamona, com um rendimento bastante razoável quando comparado com os obtidos no Nordeste e norte de Minas Gerais: 1,5 t/ha contra 0,6 a 1 t/ha. A segunda cultura é o girassol, com rendimento de 1 t/ha, e a terceira é a soja, com 1,9 t/ha. As áreas de mamona não ultrapassam 3 ha, enquanto as de girassol e soja são um pouco maiores. Ao contrário da produção nordestina e mineira, estes cultivos não são consorciados, mas as propriedades são bastante diversificadas. Também neste caso a Cooperativa União, criada pela Unaic, tem em vista adquirir equipamentos para a extração do óleo para venda direta às unidades de produção de biodiesel, mas está encontrando dificuldades para identificar máquinas de pequeno e médio porte, mais apropriadas ao modelo descentralizado adotado na região.

É preciso lembrar um problema encontrado em praticamente todas as regiões analisadas, com menor incidência no Sul e maior no Nordeste: trata-se da exigência de DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) para que os agricultores possam cadastrar-se como fornecedores de matéria-prima no Programa do Biodiesel. Segundo os pesquisadores deste estudo, cerca de 30% dos agricultores do Ceará envolvidos no Programa estão participando de forma irregular e sujeitos a qualquer momento à eliminação do cadastro. A questão da DAP, espécie de comprovante de identidade de agricultor familiar, é problemática em todo o país, mas sobretudo em regiões onde a propriedade da terra não está formalizada e várias famílias trabalham em uma mesma unidade com um único proprietário formal. Em outros casos, os custos dos processos de herança fazem com que os herdeiros não regularizem a posse após o falecimento do proprietário, dificultando a obtenção da DAP.

Primeiras conclusões

A presente pesquisa permite concluir que o Programa Nacional do Biodiesel não cumpriu as promessas do Presidente Lula ao lançá-lo. Ele não é o Pró-Álcool dos pobres, não está servindo como motor do desenvolvimento regional e da agricultura familiar, nem utiliza matéria-pri-

ma adaptada para as condições do semiárido como a mamona, tal como propagandeado pelo governo. O Selo Social não é aplicado com rigor e a maior parte da matéria-prima utilizada na produção do biodiesel se trata de soja e sebo de boi produzidos pelo agronegócio. Por outro prisma, apesar das irracionalidades oriundas da contradição entre a intenção política de apoiar a agricultura familiar nordestina e a realidade da dependência do Programa em relação ao setor do agronegócio sojeiro do Centro Sul, o PNPB é um sucesso do ponto de vista das suas metas físicas de substituição de, antecipadamente, 5% do diesel derivado do petróleo com possibilidades de chegar ao B10 antes de 2015.

No PNPB se reproduzem todos os problemas das demais políticas agrícolas voltadas para a agricultura familiar: excesso de exigências burocráticas e dificuldades com acesso e orientação da assistência técnica. A única vantagem no caso do Programa é que todas estas políticas se apresentam integradas na forma de um contrato com a Petrobras, o que é uma considerável economia de tempo e esforço. Se corretamente orientados, estes contratos poderiam ser uma alternativa interessante para os agricultores familiares.

De forma geral, faltam pesquisas orientadas para o uso de outras oleaginosas no Programa. Um exemplo entre outros é o ouricuri, palmeira bem adaptada ao semiárido. Além disso, há pouco interesse no Programa para incentivar o esmagamento sob controle dos agricultores familiares, inclusive desenvolvendo equipamentos de esmagamento em pequena escala.

Embora a participação da agricultura familiar no PNPB seja marginal, pode-se dizer que, apesar dos conflitos de concepção e das dificuldades de execução entre as organizações da agricultura familiar e as empresas de biodiesel, as expectativas mais pessimistas quanto aos impactos possíveis desta relação não se confirmaram até agora. A lógica das empresas compradoras de matéria-prima se impôs quando elas lidaram com agricultores familiares isolados ou com cooperativas onde prevalecem produtores mais abastados caracterizados como “agronegócinho”. Isto é verdade no que concerne a relação da agricultura familiar com as em-

presas privadas, mas também na relação com a Petrobras. Estimativas sobre o número de participantes organizados pelo MST, MPA, Fetraf, Contag e a Cooperativa Grande Sertão indicam que eles representam menos da metade do total de parceiros da Petrobras, que gira entorno de 60 mil agricultores familiares. Quem são os outros? Não há informações precisas, mas dados parciais coletados em reportagens especializadas indicam que se trata de agricultores do tipo acima caracterizado, mobilizados em cooperativas ou pelas Emater (Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural).

A parcela de participantes do Programa organizada pelos movimentos sociais e entidades afins tem resistido à tendência de concentrar a produção em monoculturas tão próximas quanto possível das unidades de transformação,



ao emprego do modelo produtivo da Revolução Verde e à dependência do crédito bancário. A decisão política dos movimentos e de suas organizações prevalece na adoção de modelos descentralizados, orientados para a transição agroecológica, em sistemas de policulturas onde oleaginosas são plantadas em consórcio com culturas alimentares. Ao contrário da concepção que vê na produção de matéria-prima para o Programa a fonte principal de renda da agricultura familiar, sobretudo no semiárido, os movimentos vêm nesta produção um complemento de renda em um sistema diversificado. Por outro lado, é unânime entre as organizações sociais do campo a intenção de assumir outras etapas da cadeia produtiva, começando pela debulha da mamona e pelo esmagamento dos grãos para entrega direta do óleo bruto às indústrias do biodiesel. Para várias destas organizações, embora não esteja certo de que isto seja uma unanimidade, a instalação de equipamentos de extração de óleo obedece a uma estratégia multiuso cujo fim principal não é produzir óleo para queimar, mas para comer ou para fins mais nobres como a indústria de cosméticos.

Vale observar ainda que há quem duvide da possibilidade da Petrobras comprar óleo de mamona se os agricultores assumirem o esmagamento. Hoje a empresa lucra comprando mamona em grão a preços mínimos, frequentemente abaixo dos preços de mercado, e vendendo o óleo para a indústria ricinoquímica, fazendo caixa para comprar soja para fabricar biodiesel. Isso indica que ela não teria nenhum interesse em comprar o óleo de mamona, a não ser que os preços fossem bastante deprimidos.

Com a estratégia adotada, as organizações dos agricultores familiares estão conseguindo uma inserção positiva no Programa, mas se a mesma funcionar a 100%, terminará por levar a base a produzir oleaginosas para outros fins que não o PNPB. Finalmente, apesar das reclamações dos agricultores sobre os preços baixos e a cobrança de mais subsídios, o fato é que o governo investe a fundo perdido no apoio à agricultura familiar e a continuidade deste apoio depende dos resultados obtidos pela própria base participante.

No que concerne a relação entre a agricultura familiar e o Programa Nacional do Biodiesel tudo dependeu, até aqui, do interesse político do governo Lula de vender ao público uma ficção. Será que isto vai durar?

Enquanto isto dura, as organizações dos movimentos sociais têm como estratégia aprimorar o Programa na medida do possível. As reivindicações mais frequentes estão listadas abaixo:

- 1** - Ampliar a participação da agricultura familiar no Programa, pois ela está muito abaixo das metas originalmente propostas;
- 2** - Aperfeiçoar os mecanismos de funcionamento do Selo Social, incluindo o desenvolvimento de mecanismos sociais de maior propriedade da agricultura familiar;
- 3** - Criar um fundo para a promoção da agricultura familiar. O governo arrecada impostos com biodiesel e, além disso, há uma grande desoneração das indústrias que têm entre seus fornecedores uma por-

centagem de agricultores familiares. Propõe-se, portanto, avaliar o que se arrecada e destinar esses recursos de forma mais direta para a agricultura familiar;

- 4** - O Programa não prevê subsídios diretos do governo para a agricultura familiar, ao passo que as empresas têm a isenção fiscal, que é uma forma de subsídio direto. Propõe-se a criação de subsídios diretos também para a agricultura familiar;
- 5** - Desenvolver pesquisas sobre oleaginosas nativas e com histórico de produção pela agricultura familiar. Pesquisar também, junto às organizações, sistemas de manejo e formas de processamento e uso desses produtos de modo a conferir uma maior autonomia para a agricultura familiar – incluindo a possibilidade de esmagamento próprio, em pequena escala, e a destinação dos óleos para diversos usos (não só para a fabricação de biodiesel);
- 6** - Com relação aos preços pagos pelas oleaginosas (especialmente a mamona) da agricultura familiar: se a proposta do Programa é promover a agricultura familiar através da inclusão social e do desenvolvimento regional via geração de emprego e renda, não faz sentido a Petrobras, sob a lógica empresarial, puxar o preço das oleaginosas para o mínimo possível. Os agricultores estão sendo estrangulados e, em muitos casos, rompendo contratos (pois encontram preços melhores em outros mercados). Propõe-se que haja mais transparência na formação de preços e que haja uma política de preços justos para os agricultores familiares;
- 7** - É fato que não se pode excluir a soja do Programa, mas é importante que se construam mecanismos para impor obstáculos à expansão da soja para a produção do biodiesel e, assim, evitar o desmatamento e a expansão dos monocultivos – seja pelo agronegócio, seja pela agricultura familiar;
- 8** - Corrigir o excesso de burocracias, que são as mesmas enfrentadas nas demais políticas agrícolas e que, em muitos casos, chegam a inviabilizar a participação da agricultura familiar nos programas;

9 - Ampliar o controle social do Programa, possivelmente através do Condraf²⁸. O MDA disponibiliza um conjunto de números sobre o Programa, mas que não dá conta de mostrar, amiúde, o que ele representa para a agricultura familiar em relação à inclusão, renda, acesso a outras políticas públicas etc.

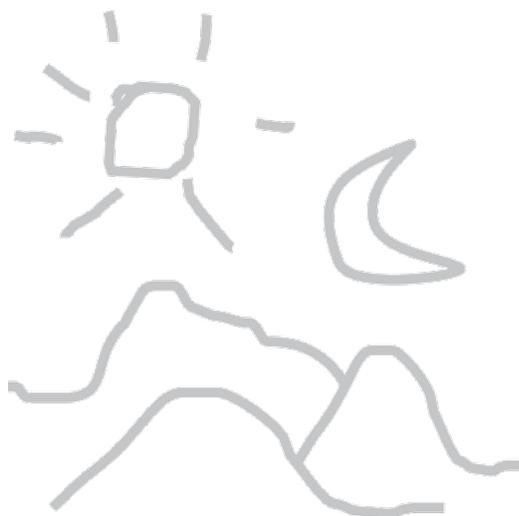
Não há dúvida de que, ao contrário do Pró-Álcool implantado em plena ditadura militar, o PNPB mantém uma parcela, embora pequena, voltada para a inclusão da agricultura familiar. A experiência mostra que, pelo menos até agora, é possível a este público ter uma participação no Programa sem sofrer todos os problemas resultantes da concepção dominante de buscar uma produção de matéria-prima nos moldes do agonegócio ou do agronegócio. Mas para que isto se dê é fundamental o papel das organizações dos movimentos sociais, pois são elas que têm a capacidade de enfrentar as pressões, tanto dos formuladores, como dos executores do Programa – inclusive a Petrobras.

²⁵ Economista, Coordenador do Programa de Políticas Públicas da AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia e membro da ANA - Articulação Nacional de Agroecologia.

²⁶ Equivalente ao nosso Banco Central.

²⁷ Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

²⁸ Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável / Ministério do Desenvolvimento Agrário.



Este livro foi composto com a família tipográfica *Officina Sans ITC*
e impresso em papel reciclado 90 gramas.

Agricultura Familiar, Agroecologia e Agrocombustíveis

Caderno da Comissão de Agroenergia
da Articulação Nacional de Agroecologia



Realização:

Articulação Nacional de Agroecologia

Secretaria Executiva da ANA

Rua das Palmeiras, 90 – Botafogo

22270-070 – Rio de Janeiro – RJ

Tel 21 25367390

secretaria.ana@agroecologia.org.br

www.agroecologia.org.br

Apoio



act:onaid